

ESTUDO DO INE

Os cabo-verdianos estão satisfeitos com os serviços de saúde e educação que têm, embora seja ainda preocupante o índice de abandono escolar e casos de má-nutrição crónica entre crianças com menos de seis anos. Estes dados são do Questionário Unificado de Indicadores Básicos de Bem-estar (QUIBB) de 2006, o mais vasto inquérito elaborado pelo Instituto Nacional de Estatística e que apresenta um quadro detalhado sobre as condições de vida dos cabo-verdianos em todos os concelhos do país – incluindo os municípios recém-criados. Este mesmo inquérito revela também que oito em cada dez cabo-verdianos se consideram pobres, quando, na verdade, não o são, pelo menos da forma como o dizem.

POR: HERMÍNIO SILVES



Cabo-verdianos sentem-se mais pobres do que realmente são

O INE apresenta esta sexta-feira, 5, os primeiros resultados do QUIBB-CV, referente a 2006. Este inquérito, o mais abrangente já realizado pelo INE quanto aos aspectos estruturais da população, faz não só um levantamento profundo das condições de vida das famílias cabo-verdianas como divulga a percepção que os cidadãos têm do país, por exemplo, a nível da educação, da saúde ou da pobreza.

Uma das conclusões chegadas pelo QUIBB é a de que os cabo-verdianos sentem-se mais pobres do que, efectivamente, são. Ou seja, 78 por cento dos entrevistados afirmaram ser pobres – os dados existentes apontam para um índice de pobreza na ordem de 28% – com a curiosidade de esse sentimento ser mais elevado nos meios urbanos (87%) do que nas zonas rurais (68%). Mesmo no Sal, Boa Vista ou Praia, concelhos com os mais baixos índices de pobreza monetária,

o sentimento de pobreza é exagerado, o que não só confirma a tendência do cabo-verdiano para o “*mais-ou-menos*” ou “*falso coitadismo*”, como revela uma certa ambição do crioulo em ter muito mais do que o necessário, quer viver acima das suas reais posses. Basta dizer que para 20% das pessoas inquiridas pobreza é o mesmo que não ter casa, 31% acredita que é não ter dinheiro 24% pensa que é não ter trabalho, enquanto 32% defende que ser pobre é não ter comida.

O próprio nível de conforto das famílias denota essa contradição dos cabo-verdianos no que diz respeito à pobreza.

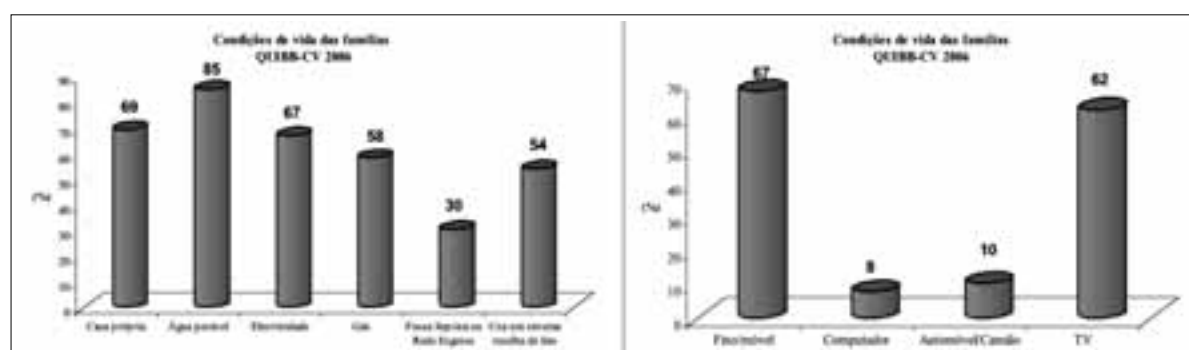
É que, hoje, 69% das famílias têm casa própria, 70% tem fogão (a gás ou electricidade), metade do país tem frigorífico em casa, 67% têm telefone ou telemóvel e 62% dos agregados familiares possui um televisor. É certo também que o computador (8%) ainda é pouco expressivo no país e que o automóvel (10%) é um privilégio para poucos, mas são números que tendem a aumentar rapidamente.

Mas a maior novidade do QUIBB tem a ver com a satisfação dos crioulos em relação aos serviços de saúde e de educação. Por exemplo, 80% dos cabo-verdianos estão contentes com o serviço

de Educação, tanto no ensino básico como no secundário, médio e superior. O nível de satisfação é mais elevado no meio rural, sobretudo nos concelhos de São Filipe, Fogo, e Ribeira Grande, Santo Antão, onde esse indicador atinge os 96%.

O recém-criado município de São Salvador do Mundo, interior de Santiago, regista a menor taxa de satisfação quanto aos serviços de educação (60%). Aqui o principal factor de descontentamento tem a ver com a falta de água nos estabelecimentos de ensino, quando o maior problema da Educação em Cabo Verde, segundo o QUIBB são as “*propinas caras*” (37%), seguida da falta de casas de banho.

Entretanto, mesmo com a maioria das famílias, 60%, a uma distância de 15 minutos (a pé) da escola, o QUIBB põe em evidência casos preocupantes de abandono escolar em Cabo Verde. De acordo com este inquérito do INE, cerca de 11% das crian-





ças entre os 6 e os 17 anos que estiveram a frequentar o ano lectivo 2004/2005 já lá não estavam no ano seguinte. As crianças entre os 12 e os 17 anos são as que mais desistem de estudar (20%), sendo mais frequente nas zonas rurais. Segundo o QUIBB, nos concelhos de Santa Catarina, Fogo (22%), e de Ribeira Grande de Santiago (18%), a incidência do abandono escolar é mais elevada. Naquele município fogueense o abandono escolar entre os rapazes com idade entre os 12 e 17 anos chega a atingir os 41%, e na Cidade Velha 39% das meninas deixaram de estudar.

A maior parte dos estudantes que abandonaram a escola fizeram-no por escassez de meios (32%), outros tantos por falta de interesse (12%) e um pequena parte, no caso as meninas, porque se engravidaram. Em São Filipe, no Fogo (51%), e na Ribeira Grande de Santiago (57%), os problemas com a falta de condições assumem-se como o principal motivo do abandono escolar. Contudo, a gravidez aparece como a maior causa do abandono escolar em São Vicente (3%), no Porto Novo (7%) e no Tarrafal de Santiago (8%).

De todo o modo, a taxa de alfabetização continua a crescer a olhos vistos. Assim, hoje 79% dos cabo-verdianos sabem ler e escrever, ou seja apenas 21% podem ser considerados analfabetos. Ribeira Grande de Santiago é, novamente pela negativa, o concelho com menos nível de alfabetização, 67%. No pólo oposto estão Sal e Boa Vista como os concelhos com melhor índice de alfabetização (90%). Entre os jovens, a taxa de alfabetização é de 97%, sendo mais expressiva na ilha do Maio e no município de São Lourenço dos Órgãos, ambos com 98,9%.

BOA SAÚDE, MÁ NUTRIÇÃO

O levantamento feito pelo INE apurou que a grande maioria das famílias (74%) tem acesso fácil aos serviços de saúde, isto é, estão a menos de 30 minutos dos centros sanitários – no meio urbano esse índice é de 88% e nas zonas rurais de 61%. As famílias residentes em São Miguel são as que estão

mais longe dos serviços de saúde, mas anda assim quase metade chega a um posto de saúde em menos de meia hora.

Por causa do fácil acesso ao sistema de saúde, nove em cada 10 cabo-verdianos afirmam estar contente com os serviços deste sector. Em todos os concelhos, mais de dois quartos da população está satisfeita. Mosteiros e Maio detêm o record, já que nesses concelhos 98 e 99%, respectivamente, das pessoas se declararam satisfeitas com os serviços de saúde. De qualquer forma, o sector depara-se com alguns constrangimentos que desagradam os utentes. Um deles é o “*tempo de espera*”, facto apontado pelos inquiridos como o principal motivo de insatisfação. É assim em Santa Catarina, Tarrafal e São Vicente. A população de Santa Cruz e de São Domingos indica “*serviços muito caros*”, a da Ribeira Brava e de São Salvador do Mundo aponta “*falta de medicamentos*”, enquanto Ribeira Grande de Santiago e São Miguel reclamam “*falta de pessoal qualificado*”.

Outra face escura do sector da saúde é a nutrição infantil. O QUIBB apurou que, em 2006, 8% das crianças com menos de 6 anos tinham insuficiência ponderal e 11% sofriam de má-nutrição crónica, com atrasos no crescimento. De acordo com este estudo, a situação é mais grave no meio rural onde as crianças malnutridas chegam a atingir os 13%. Na Ribeira Grande a má-nutrição crónica afecta 19 por cento das crianças e em Santa Cruz e São Miguel incide sobre 18% dos menores.

No que diz respeito ao acesso à água potável, o QUIBB revela que no computo geral, Cabo Verde já realizou o sétimo Objectivo do Milénio para o desenvolvimento. Isto porque, conforme o mesmo inquérito, 85% dos cabo-verdianos obtêm água para uso doméstico de “*fonte convencionalmente potável*”. Até no meio rural, mais de três quartos (3/4) das famílias têm água potável – nos centros urbanos o acesso ao líquido precioso é um privilégio para 93% da população.

Dos 22 concelhos do país, seis têm mais de metade das famílias ligada à rede pública. Maio (69%) é o concelho com melhor cober-

tura de rede de água, logo seguido da Ribeira Grande (65%) e de Santa Cruz (59%). Neste dois últimos municípios, segundo o QUIBB, os progressos foram mais notáveis, já que em Junho de 2000, apenas 10% das famílias tinham água canalizada, o que significa um aumento de 50%. Pertencem ainda a este grupo os concelhos do Tarrafal e de Santa Catarina, onde a percentagem de pessoas com água canalizada é de 53 e 51%, respectivamente.

Nos restantes concelhos há menos facilidades no acesso à água e em pior situação está São Salvador do Mundo onde apenas uma em cada dez pessoa tem água de rede. Picos é, aliás, o único município que ainda não realizou o 7º Objectivo do Milénio para o Desenvolvimento, pois só 44% da sua população obtém água de “*fonte convencionalmente potável*”.

LENHA POR GÁS

Outra grande revelação deste primeiro QUIBB-CV do Instituto Nacional de Estatística tem a ver com o facto de estar a diminuir a proporção de famílias que utilizam o gás na cozinha. Para já, nota-se um recuo de 8%, uma vez que, em 2000, 66% das famílias cozinhavam com gás, mas hoje apenas 58% da população usa esta fonte de energia. Por sua vez, a lenha está a ganhar terreno, aumentando de 33% em 2000 para 39% em 2006, um facto também explicado com o recente aumento do preço do gás.

Além disso, só nove dos 22 concelhos do país têm mais de metade das famílias a cozinhar com o gás. O destaque vai para a ilha do Sal, onde 92% da população cozinha essencialmente com o butano. Praia é o único concelho de Santiago onde a

maioria das famílias (74%) usam o gás na preparação dos alimentos. Nos restantes oito concelhos da maior ilha do país, a lenha é o principal recurso, variando entre os 60%, em Santa Catarina, e os 88%, no município dos Picos.

São Salvador do Mundo é também um dos concelhos com menor penetração de energia eléctrica. Aqui, tal como em São Miguel, São Lourenço dos Órgãos, Tarrafal, Ribeira Grande de Santiago e todos os concelhos do Fogo, menos de metade da população tem electricidade em casa. No resto do país, a electricidade está em mais de 50% das casas, sendo Sal o concelho mais “*iluminado*” (87%). De uma forma geral, 70% dos cabo-verdianos têm luz eléctrica (88% nos centros urbanos e 47% no meio rural), o que significa um aumento, a nível nacional de 20 pontos percentuais.

Em jeito de conclusão, vale acrescentar que, segundo o QUIBB, 51% da população cabo-verdiana é feminina, com maior expressão em Sotavento. No Barlavento a população masculina é maior. Os agregados familiares em Cabo Verde são em média constituídos por 4,9 membros (5 no meio rural e 4,5 no meio urbano). São Domingos tem a média mais elevada, 5,8 membros por família. E mais de 60% dos menores vivem sem pai. Os casos mais graves acontecem em São Miguel e São Lourenço onde 71% dos meninos e meninas não têm um pai por perto.

O QUIBB foi realizado entre os meses de Junho e Julho de 2006 em todos os concelhos do país, o que, para o INE, vem reforçar o conhecimento sobre as condições de vida das famílias cabo-verdianas, atestar as desigualdades sociais e pôr a nu as assimetrias entre os 22 municípios de Cabo Verde.



BCN internacionaliza-se com Banif

O BCN, primeiro banco privado nacional, vai estabelecer uma “parceria especial” com o Banif, cedendo 46 por cento das suas acções ao banco da Madeira. Um negócio de 375 mil contos e que vai permitir ao Banco Cabo-Verdiano de Negócios projectar-se tanto interna como externamente. Mas o Banif não é a única instituição com a qual o BCN conta para este seu “salto de tigre” e que passa pelo sector da imobiliária turística. O BAD está também no meio.

O ano financeiro começou em força com o anúncio esta terça-feira, 02, da intenção do Banif adquirir 46% das acções que a SEPI – Sociedade de Estudos e Promoção de Investimentos – detém no BCN, Banco Cabo-Verdiano de Negócios, com sede na Praia. O Banif (Banco Internacional do Funchal) tem vindo a ganhar projecção no mercado luso, tanto a nível da Madeira como dos Açores e do continente.

Neste momento as negociações entre a SEPI e o Banif para este *joint-venture* financeira continuam e já produziu o memorando de entendimento dado esta semana a conhecer. O acordo final, em princípio, deverá ser rubricado até o fim deste mês, depois da necessária luz verde do Banco de Cabo Verde e do Banco de Portugal, entidades que regulam a actividade bancária nos dois países.

Avaliada em 375 mil contos, a concretizar-se, esta transacção vai representar um aumento do capital social do BCN: de 122 mil para 200 mil acções, e um salto de 500 mil para 700 mil contos. Trata-se, pois, de uma operação que visa dar um novo fôlego àquele que era, até aqui, o único banco privado de capitais inteiramente cabo-verdianos.

Este aumento de capital é encarado como algo “*extremamente positivo*” pelas autoridades monetárias cabo-verdianas, tendo em conta os impactos (positivos) que poderá vir a ter, tanto a nível do mercado interno como do externo, já que o Banif é uma importante instituição financeira portuguesa, que tem vindo a crescer de forma “*contínua e sólida*”, segundo uma fonte.

Um outro dado recolhido por **A Semana** admite que a presença do Banif no BCN possa, dentro de três ou cinco anos, vir a crescer ainda mais, além dos 46% que passa a deter após essa transacção financeira. Mas, por enquanto, as coisas estão a ser conduzidas no sentido de o BCN manter a sua “*cabo-verdianidade*”.

Este jornal sabe ainda que esta “*parceria especial*” com o Banif resulta de factos que faziam os seus accionistas sentir que o BCN precisava dar um salto qualitativo em relação ao futuro. “*Nós tínhamos três hipóteses: ou nos associávamos a um banqueiro com muito dinheiro, ou partíamos para uma fusão com um dos bancos existentes no país, ou então tínhamos de abraçar uma parceria com uma outra instituição detentora de mais capa-*

cidade financeira que nós. Foi esta última hipótese que acabou por vingar, depois de uma reflexão interna feita ao longo destes dois anos”, explicou uma fonte ligada ao projecto.

Na verdade, esta união com o Banif mais não é do que uma forma que o BCN encontrou para se adaptar ao mercado nacional, tendo em vista os cenários que se estão a desenhar no domínio financeiro em Cabo Verde. “*No fundo, tratamos de nos antecipar aos outros operadores que estão a caminho*”, admite a nossa fonte, para quem a vinda do Banif representa, acima de tudo, “*mais capacidade financeira, melhor gestão, novos produtos financeiros, etc.*”

O acordo com o Banif não visa apenas o sector bancário ou financeiro, mas também o da imobiliária turística, que desponta presentemente como o grande filão de Cabo Verde. Com mais capacidade financeira e de gestão, e através de um BCN vitamizado, a SEPI pretende por esta via assegurar uma presença forte no sector da imobiliária e do turismo, no que conta com um outro importante parceiro, o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD).

Pois é, através de um comunicado, a SEPI faz saber que estão a decorrer negociações com o BAD para a criação de uma parceria institucional. Com esta instituição financeira do continente, a SEPI prevê a criação de uma linha de crédito para o financiamento de pequenas e médias empresas, mas também pôr de pé um sistema de garantia para atrair os investimentos de emigrantes da diáspora cabo-verdiana. Estas negociações com a BAD, segundo o mesmo comunicado, devem estar concluídas até Março deste ano.

O BCN surgiu em Outubro de 2004, quando um grupo de empresários nacionais, associados em torno da SEPI, comprou a totalidade do capital do então Banco Totta de Cabo Verde e mudou o nome da instituição para BCN – Banco Caboverdiano de Negócios. Em três anos, conseguiu uma quota de 4% a nível dos depósitos e uma carteira que representa 6% dos créditos concedidos em Cabo Verde. Tem actualmente agências em Santiago (Praia e Assomada), São Vicente, Sal, Boa Vista e Santo Antão (Porto Novo). A sua próxima agência a abrir, na Praia, vai situar-se na zona da Terra Branca.

Pilotos rejeitam aumento salarial na TACV

Os pilotos da TACV não querem o aumento salarial de 1,5 por cento que lhes foi concedido pela empresa nacional de transportes aéreos. A Associação Cabo-Verdiana de Pilotos de Linha Aérea (ACPLA) emitiu ontem, quinta-feira, um comunicado no qual além de exigir os 3,5% a que dizem ter direito, se demarcam da posição do Sitthur, que, segundo eles, teria negociado o reajuste salarial sem o seu consentimento.

O acordo firmado entre o Sitthur e a TACV quanto ao reajuste salarial não agradou aos pilotos da companhia. É que, segundo eles, em nenhum momento foram consultados, nem pelo sindicato nem pela actual direcção da empresa, liderada agora pela Sterling Merchant, “no âmbito das negociações que conduziram ao acordo salarial anunciado”, e que resultou na suspensão da greve dos trabalhadores da TACV prevista para os dias 8 e 9 deste mês (ver pág. 17).

“Nós não condenamos o sindicato, na medida em que tinha que defender os trabalhadores da TACV neste processo que se arrasta desde o ano passado. O que achamos não ser normal é o facto de o Sitthur ter ido negociar o aumento salarial com a nova direcção da companhia sem sequer nos contactar para saber se estamos ou não de

acordo com este acréscimo de 1,5 por cento para a nossa classe”, explica o presidente da ACPLA, Kitana Cabral.

Este comandante do Boeing adianta que a maior parte dos pilotos não estão sindicalizados, pelo que, afirma, a ACPLA não se considera vinculada pelo acordo rubricado entre o Sitthur e a direcção da TACV. “Rejeitamos, pura e simplesmente, o aumento que nos foi concedido e reservamos o direito de discutir directamente com a empresa a actualização salarial de 3,5 por cento, que consideramos ser justa e devida, assim como todas as outras questões ligadas ao exercício da nossa profissão”, diz Kitana Cabral, para quem os pilotos apenas reivindicam o aumento atribuído pelo governo a todos os funcionários. “Portanto, aqui não há diferenciação para sua aplicação, é para todos. Só entenderíamos essa

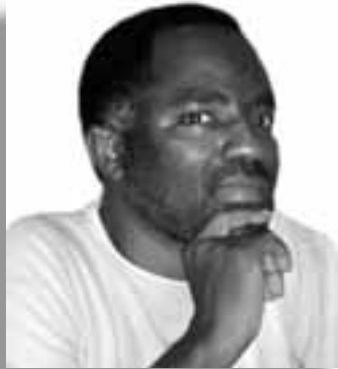
diferença de aumento salarial se saísse do PCCS, que, sim, poderia conceder um aumento superior a trabalhadores que ganham menos – que nós também achamos ganharem pouco – e inferior para as classes que auferem um melhor salário. Ora, não é isso que acontece, por isso vamos pressionar a direcção da TACV até ela resolver o nosso problema”.

Ainda segundo Kitana Cabral, a ACPLA quer resolver este assunto da forma mais pacífica possível. “Mas, se notarmos alguma resistência, partiremos para outras formas legítimas de luta”, prossegue Cabral, que não descarta a hipótese de os pilotos entrarem, primeiro, em greve de zelo até que as suas reivindicações sejam atendidas. “Outras formas mais duras de luta poderão ser adoptadas neste processo”, perspectiva.



Kitana Cabral e Arnaldo Barreto dão a cara pela classe

NHONHÔ HOPFFER, ARQUITECTO DE MORNNA E FUNANÁ



JOSÉ MARIA VARELA

“
É caso para afirmar: Temos músico! E quem disse que arquitecto só tem jeito para pintura ou escultura? Profissionalmente realizado, é perceptível que esta incursão pela música é um passatempo que o entusiasmo e lhe dá prazer e, mesmo na estreia, revela-se um intérprete maduro e seguro dos seus passos.”

Neste despertar de 2007, feliz, muito feliz a ideia de Nhonhô Hopffer Almada, de lançar o CD “*Nhara Santiago*”. Este seu primeiro trabalho discográfico, pela sua qualidade, pode revelar-se um excelente fermento para aquilo que melhor nos identifica – a música. Assim, neste ano que está a começar, a fasquia já está alta. Os que virão a seguir não poderão desafinar.

Quando nas vésperas do Natal, o meu amigo Nhonhô me arrastou pelas mãos, “*Zé Maria, ben odja nha trabadjo*”, estava longe de imaginar que esse “*trabalho*” era um CD de música. Por deformação profissional, pensei tratar-se de um projecto de arquitectura de algum novo edifício emblemático da já extensa lista do arquitecto Frederico Hopffer Almada. Mas que projecto, que nada! No jipe estacionado para onde ele nos conduziu, eu e os meus colegas, encontramos obra feita: o DVD “*Nhara Santiago*”, em estreia absoluta na aparelhagem sonora do carro, para uma apreciação crítica.

E é com os ouvidos e conhecimentos de um leigo na matéria, mas amante da boa música, que escutei as 12 faixas interpretadas pelo Nhonhô, e gostei. Quer pela selecção das músicas, géneros e proveniências, é um disco que merece ser escutado

pelo prazer que as suas melodias propiciam. Ouvindo outras vezes e com mais calma, pude constatar tratar-se de um trabalho sério e que consegue reflectir a nossa alma crioula. Com domínio da arte de cantar, uma voz limpa, excelente dicção e um bom gosto de arquitecto. Com quase trinta músicos, Nhonhô Hopffer canta Antero Simas, B.Leza, Betú, Kaká Barbosa, Kim di Santiago, Mário Lúcio, Nhelas Spencer, Sema Lopi e Zézé de Nha Reinalda. O facto de muitos desses clássicos já terem sido interpretados pelos nossos pesos-pesados, Ildo Lobo por exemplo, não deve ter amendrontado o artista que acaba por sair-se muito bem na fotografia. Ou seja, revelou estar ao nível dos nossos melhores.

É caso para afirmar: Temos músico! E quem disse que arquitecto só tem jeito para pintura ou escultura? Profissionalmente realizado, é perceptível que esta incursão pela música é um passatempo que o entusiasmo e lhe dá prazer e, mesmo na estreia, revela-se um intérprete maduro e seguro dos seus passos. E numa altura em que a música cabo-verdiana é fortemente influenciada – em quantidade –, por uma certa batida monótona e letra de gosto duvidoso a que o angolano Raul Indipwo chamaria de “*tum-tum-tum-olha-a-bunda-dela*”, este CD chega

na hora certa. Até aqui, escutar as interpretações de Nhonhô Hopffer era em privilégio apenas ao alcance de amigos e familiares, em serenatas e outros momentos de descontração. Com esta feliz iniciativa, é o grande público que passa a poder desfrutar de um trabalho de excelência e que provavelmente se surpreenderá com uma apresentação cuidada e música “*sab*”. No meu caso, não posso falar em surpresa porque já tivera a oportunidade de ouvi-lo a cantar, em várias oportunidades ao longo destes anos. Mas é sempre agradável constatar que o CD conserva a originalidade nas interpretações, com um cunho pessoal, ou seja uma marca igual às obras do arquitecto Frederico Hopffer Almada. Outro mérito a registar é o facto de este projecto ter conseguido reunir os melhores executantes, o que muito terá contribuído para que o produto final seja de reconhecida categoria.

Depois de “*Nhara Santiago*” em homenagem à primeira filha, Nhonhô promete fazer o mesmo em relação à codê, Frederika Santa Maria. Provavelmente será a oportunidade para interpretar, nesse próximo trabalho, Orlando Pantera, Eugénio Tavares, Manuel de Novas ou Codê di Dona e, quem sabe, estrear-se com temas originais? O desafio fica feito.

ÊTA PARTO COMPLICADO!

“Toda a aflição que chega, acaba por ir-se embora. Mas quando partem, as tragédias deixam marcas eternas, e as glórias deixam marcas inúteis.”

ELIAS, o profeta



ANTÓNIO LUDGERO CORREIA

“**Como em quase tudo nesta vida, as soluções raramente estão a jusante. Se a gravidez não for devidamente planeada e se o pré-natal não for esmerado e não contar com acompanhamento profissional, o mais certo é o parto ser difícil, doloroso e, sobretudo, aleatório. E, chegados a tal ponto, será SEMPRE demasiado tarde para intervir e inverter a situação. E Cabo Verde não pode parar. Mormente recuar.**”

Os partos são, regra geral, muito dolorosos. Embora hoje já seja possível optar-se pelo parto sem dor, muita gente ainda segue o método tradicional. Talvez pelo sabor especial e pelo heroísmo inerente ao acto da maternidade ou, quiçá, pelo usufruto do sono divinal do pós-parto. Quem sabe?

Em pleno século XXI, em um país de desenvolvimento médio, que é exemplo e vanguarda em África, quais seriam as reais razões para o difícil e doloroso parto que foi encontrar alguém para envergar a camisa nº 10 da equipa de José Maria Neves? O «mister» quis, voluntariamente, experimentar as vicissitudes do parto segundo o método tradicional? Pelo heroísmo, pelo sabor especial ou por causa do famoso sono pós-parto? Alguém optaria por passar quase um mês em trabalhos de parto, se lhe fosse possível fazer opção pelo parto sem dor? Sei não. Tudo leva a crer que o «mister» terá encontrado sérias dificuldades em identificar, no universo nacional, um agente com o perfil adequado ao posto a preencher. E aí, não podendo «contratar» um clássico camisa 10, o «mister» lá conseguiu um camisa 20 que, a avaliar pelo sorriso que lhe ia de orelha a orelha, crê ser capaz de armar e distribuir jogo a contento. Para ninguém botar defeito.

«Ministeriáveis somos poucos», já dizia Tony Pascoal há uns bons três lustros atrás. Se este ajudante de Ministro (que assim justificava a normalidade da sua chamada para o elenco governamental) nos idos anos 90 tinha razão, que se dirá agora de Neves? Sendo certo que uma coisa é escolher um Secretário de Estado (sem Secretaria de Estado), e outra, bem diferente, é escolher o timoneiro da equipa económica do Governo, com a incumbência de substituir um elemento a quem os operadores económicos insistem em dar nota 10. Não tem comparação possível. Mas dá uma ideia do deserto que é a nossa bolsa de «ministeriáveis». Se há mais de 15 anos (quase metade da nossa história como país independente) já era visível a carência de quadros «ministeriáveis», o que se fez ou se pensa fazer para remediar a situação? Vai-se continuar com a opção de destapar um Santo para cobrir Outro e a recorrer a fiéis, ainda que medianos? Ou vai-se investir, de forma séria e coerente, no homem cabo-verdiano?

Ninguém tem dúvidas, a começar pelo «mister» (veja-se a apresentação que fez de Joseph Brito) que se sacrificou um atacante eficiente e eficaz (um dos principais artífices das últimas vitórias averbadas, no dizer do próprio «mister») para colmatar a brecha aberta na linha média. A linha média pode ficar mais consistente, é certo, mas ficará faltando um «matador». E, pior, a angústia continua: quem irá ocupar o posto deixado vago por Brito, na grande área (leia-se Washington)? E será capaz de garantir a eficiência e a eficácia de Brito?

Corsino Fortes, o POETA de “Pão & Fonema” e “Árvore & Tambor” e de outras preciosidades mais, canta, num poema, mais ou menos isso: “se São Pedro «bobiar» e houver cabo-verdianos por perto, pode muito bem acontecer um golpe de Estado no Paraíso”. A basofaria e, sobretudo, o atrevimento do cabo-verdiano dão para isso e muito mais. O único problema dos

«putshistas» seria encontrar alguém com o perfil requerido para Ministro da Coordenação Económica do Governo da República (o cabo-verdiano é, naturalmente, republicano) do Paraíso. Que se animem os golpistas, já que seria um perfil bem menos exigente do que para um MCE de um país que acaba de ser promovido a um escalão superior, e que, a crer-se no princípio de Peter, se vai ver a braços com um novo nível de incompetência.

Marilene Pereira, por outro lado, dizia há tempos, que, apesar da nossa basofaria, se contam pelos dedos de UMA mão os quadros capazes de discurrerem com coerência sobre um tema qualquer da actualidade, ainda que na sua própria área de formação. Diante das dúvidas da Marilene e tendo presente o sufoco por que terá passado o Primeiro-Ministro (e, eventualmente, ainda se mantenha, face ao ar circumspecto que exibiu durante a quadra festiva, mau-grado a sua habitual jovialidade), não seria melhor reconduzir São Pedro? Se não, cadê MCE? Cadê Embaixador em Washington (que até o Paraíso PRECISA de um representante junto da única super-potência do planeta Terra)? Satisfaziam-se com as opções de JMN para o adjunto do Ministro das Finanças e para a equipa da Agricultura, Ambiente e responsável pelo desenvolvimento do mundo rural? Ou lá no assento etéreo onde repousam haverá mais qualidade, mais opções, mais «ministeriáveis»?

Brincadeira à parte (muitas vezes é mais saudável rir, ainda que o apelo que se tem seja para o choro) temos um problema sério a resolver. E digo TEMOS, porque não é só o PAICV e José Maria Neves. É o país. Se não veja-se:

1. Face a uma não vitória do MpD nas eleições autárquicas de 2008 (e isso será um facto se não recuperar a CM da Praia e perder, por exemplo, a de São Vicente), aonde irão os rebentolas pescar um Presidente? Jorge Santos estaria com o prazo vencido; Mário Silva não se arrisca a agarrar o touro pelos chifres; Ulisses não é ganhador, e, transposto os portões do Palácio da Assembleia Nacional, não consegue galvanizar ninguém; Livramento está um tanto ou quanto alheado, lá pelas terras do Comandante Nino; Agostinho já era; Gualberto está como o diabo gosta, entre Sal e Fortaleza; José Tomás Veiga nem quer ouvir falar do assunto; o «radical» Eurico Monteiro ainda não é completamente aceite pelos rabentolas e não parece estar interessado nas lides da luta pelo poder, fora da OACV; Carlos Veiga já fez a sua parte e a mais não se sente obrigado. Quem? Onde ir buscar? Ao PRD?

2. Se José Maria Neves resolver candidatar-se à Presidência da República em 2011, quem o substituiria à frente do PAICV? Parece um parto sem dor? Inocêncio e Basílio merecem sérias reservas dos tambarinas de Sotavento e com a eleição directa, pelas bases, não têm grandes chances; Rui Semedo, apesar do salto cósmico que dá de 1995 a esta parte (em apenas uma década, passa de suplente da lista de candidatos a deputado do PAICV para o círculo eleitoral da Praia, a Líder do Grupo Par-

lamentar e Vice-Presidente do partido) muito dificilmente gerará os necessários consensos para se alcandorar a candidato a Primeiro-Ministro; Felisberto Vieira, enquanto não decide se finca os pés no chão e enfrenta, para vencer, os desafios da Cidade da Praia e as demandas dos praienses ou se continua a divagar, é uma grande incógnita, conquanto um potencial vencedor, mormente agora, com a nova modalidade de eleição do Presidente do partido (nas bases, onde é muito difícil vencê-lo), não se podendo, no entanto, dizer o mesmo das suas chances como candidato a Primeiro-Ministro. Quem mais? Matos? Enfrenta as mesmas resistências que Inocêncio e Basílio. Cristina Fontes? Who knows? Pode até ser. Mas convenhamos que o parto será muito difícil e doloroso quanto basta.

3. Se Carlos Veiga desistir da corrida presidencial, quem, da sua área política, enfrentaria JMN? O mano Zé, conquanto uma boa opção, não está para chatices; Isaura não seria páreo para Zé Maria; Jorge Santos não seria nunca uma opção (se triunfar nas Autárquicas de 2008, em 2011 será candidato a Primeiro-Ministro, e se fracassar, estará liquidado). Quem? Jorge Carlos Fonseca? Eurico Monteiro? Ou Inocêncio, o «embaixador-estrela»? Adivinha-se, aí também, um parto muito complicado.

Fica-se por aqui, porque a lista seria enorme, ainda que se considerem desafios menores. Imagine-se, por exemplo, se o Primeiro-Ministro sentir (e pode já estar sentindo) a necessidade de substituir a Leonesha, a Madalena ou a Rosa, e pretender substituí-las com recurso a outras figuras do mesmo género! Não seria um parto fácil. Muito pelo contrário. E, enquanto isso, as coisas podem estar a degenerar-se, comprometendo a performance do país.

Não parece haver muitas dúvidas acerca das opções a fazer e dos caminhos a trilhar: ou se aposta, de forma séria, consequente e urgente, na preparação de executivos, «ministeriáveis», ao mesmo tempo que se exercitam as mentes, a modos de permitir que se possa ver para além do túnel que açambarca e limita a nossa visão (já que nas margens do túnel também há vida, há capacidades e disponibilidades, e ficam bem mais perto do que, por exemplo, a Lua ou Marte); ou continuamos a destapar um Santo para cobrir outro, e a nos enroscarmos numa espiral de mediania, deixando o país sem pernas para dar o salto que tanto precisa dar e sem engenho, nem arte, para garantir a irreversibilidade do processo. Felizmente que, por enquanto, ainda vamos tendo gente com capacidade e disponibilidade para assumir o papel de camisa 20. Mas... até quando?

Como em quase tudo nesta vida, as soluções raramente estão a jusante. Se a gravidez não for devidamente planeada e se o pré-natal não for esmerado e não contar com acompanhamento profissional, o mais certo é o parto ser difícil, doloroso e, sobretudo, aleatório. E, chegados a tal ponto, será SEMPRE demasiado tarde para intervir e inverter a situação. E Cabo Verde não pode parar. Mormente recuar.

Vamos, então, começar a fazer o que tem que ser feito?

MpD assinala

13 de Janeiro com

comício e conferências

O Movimento para a Democracia vai assinalar o 13 de Janeiro, dia da liberdade e democracia, com um comício central na Praia e um ciclo de conferências a decorrer em vários pontos do território nacional. O líder Jorge Santos será um dos principais oradores dessa jornada política do maior partido da oposição cabo-verdiana.

O secretário nacional do MpD, Mário Fernandes, destaca que na Praia haverá um comício, previsto para a zona de Achada de Santo António. Jorge Santos, será um dos principais oradores nesse *meeting*, animado com música e para o qual se espera uma boa concentração de pessoas.

Fernandes avança que em Roterdão, Holanda, e em cinco ilhas de Cabo Verde acontecerão conferências e palestras alusivas à data, animadas por altos dirigentes ventoinhas e personalidades da sociedade civil. São Vicente, Santa Catarina, São Filipe, Santa Cruz, Porto Novo e São Nicolau são os concelhos contemplados com este tipo de actividade. Ou seja, as demais quatro ilhas habitadas – Brava, Maio, Sal e Boavista – ficam de fora nas comemorações do 13 de Janeiro.

Para Mário Fernandes, essa movimentação pretende assinalar de forma condigna o 13 de Janeiro, que constitui, como o 5 de Julho de 1975 e o 25 de Abril de 1974, uma data marcante na história recente de Cabo Verde. “Nessa jornada perspectiva-se reflectir sobre as mazelas da nossa democracia, já que o Tribunal Constitucional está ainda por ser instalado, as restantes instâncias judiciais do país funcionam de forma lenta, há recentemente vários indícios de corrupção e Procuradoria-geral da República quase que não existe”, sublinha aquele responsável ventoinha. 13 de Janeiro é também o dia em que vai ser lançado o boletim informativo especial do partido.

ADP



Jorge Santos



Pedro Pires



José Maria Neves

Políticos cantam “RECORDAI” AOS CABO-VERDIANOS

Em época de “boas festas”, os políticos cabo-verdianos “cantaram” o “recordai” ao povo das ilhas. O chefe de Estado, o primeiro-ministro e o líder do MpD disseram esperar um 2007 cheio de realizações. Todos, de um modo geral, salientaram o facto de Cabo Verde estar a viver um momento crucial da sua história e que é preciso continuar a lutar para tornar estas ilhas num país melhor. Afinal, como disse Pedro Pires, “o futuro está nas nossas mãos”.

Na sua mensagem de Ano Novo, o presidente da República começou por salientar o facto de em 2006 o regime democrático ter conseguido superar as provas a que foi sujeito, havendo agora que olhar para 2007 e os seus desafios. Sendo este o ano que ainda resta a Cabo Verde como PMA, Pedro Pires não deixou, nas entrelinhas, de realçar a necessidade de os cabo-verdianos continuarem a ser ambiciosos, não podendo nesta altura do campeonato “nem descansar nem cansar”.

Mais eficácia, mais produtividade e mais disciplina laboral são precisamente alguns desafios que se colocam quando o assunto é a competitividade destas ilhas. “A fraca produtividade e a indisciplina laboral penalizam a economia e afastam investimentos. Existem riscos derivados do crime organizado; da imigração clandestina; da deterioração do meio ambiente. Tudo isto é para vencer”, alertou.

Olhando para a história, e parafraseando uma célebre afirmação de Amílcar Cabral, Pedro Pires salientou também que no estado de desenvolvimento em que Cabo Verde se encontra, “só nós, caboverdianos, é que podemos prejudicá-lo, desviá-lo ou travá-lo”.

E, sendo assim, “2007 pede-nos muito”, no que os cabo-verdianos são “chamados a depositar mais confiança nas capacidades nacionais; a apostar na modernização e na qualidade; a vencer a insegurança e o espírito de dependência; a incentivar a iniciativa individual e o empreendedorismo; a alargar a participação cívica”.

“Como sempre”, alertou ainda, “não é seguro confiar na improvisação, no facilitismo e no imediatismo. É meio caminho para o desaire”. O futuro, rematou, “está nas nossas mãos e depende, sobretudo, das nossas atitudes”.

Mais trabalho e menos Estado

Ao dirigir-se, também, ao país na noite de 30 de Dezembro, sendo esta a primeira vez que o faz, o líder do MpD realçou o facto de os cabo-verdianos serem um povo talhado para a luta contra a adversidade, “um povo que tem de ganhar uma outra batalha, mais exigente que a sobrevivência”, que é “a luta pelo desenvolvimento e modernidade”.

Jorge Santos disse esperar que em 2007 haja no país um melhor ambiente económico, social e institucional capaz de garantir os objectivos do crescimento económico, algo que, do seu ponto de vista, passa por uma “melhor integração de todas as ilhas” e também por “um desenvolvimento centrado nas pessoas”.

“As pessoas”, sublinhou, “precisam canalizar as suas energias e a sua inteligência para a produtividade no trabalho, para a inovação e o empreendedorismo, para a solidariedade e con-

fiança mútua. Não é o que nós temos tido. Prevalecem o domínio da ajuda sobre a produção, a dependência das pessoas face ao Estado e a sua subordinação ao poder financeiro do Estado”.

Mais trabalho, mais cidadania e menos Estado são alguns dos objectivos pelos quais o MpD pretende lutar em 2007. Só assim, acredita o seu presidente, será possível “construir nestas 10 ilhas e com a integração dinâmica das nossas comunidades emigradas, um Cabo Verde mais desenvolvido, mais solidário, o nosso orgulho em qualquer parte do mundo”.

Auto-estima em alta

Por seu turno, ao dirigir-se aos cabo-verdianos na noite do Natal, José Maria Neves não deixou de reiterar a ideia de que Cabo Verde “está num bom momento”, sendo hoje um país estável e moderno. “A economia está em dinâmica crescente, a diversificar-se e a ganhar competitividade; há um ambiente de confiança e as pessoas acreditam mais no país. O sentimento de auto-estima do cabo-verdiano está em alta”, anotou.

Segundo JMN, mais do que “um exercício de exaltação”, a sua mensagem constitui um reconhecimento dos desafios que Cabo Verde ainda tem pela frente. “Não quero pintar as coisas cor-de-rosa. É claro, e nós todos sabemos disso, que muito mais há ainda por fazer e que ainda estamos longe de atingir os patamares desejados. Há muitas fraquezas e dificuldades, há pobreza, há desemprego”, admitiu, salientando no entanto que se está a lutar também contra essas mazelas.

MUNICÍPIO DO PORTO NOVO



A Câmara do Porto Novo está sendo questionada sobre o paradeiro de cerca de oito mil contos respeitantes à venda, em Março de 2004, de 7.615 m² de terrenos, na zona do Alto da Empa, à empresa Cimentos de Cabo Verde. O negócio aconteceu nove dias antes das eleições autárquicas daquele ano, tendo entrado na tesouraria da edilidade apenas o montante de 226.531\$00 relativo ao imposto de sisa.

Quase 8 mil contos da venda de terreno desaparecem

O assunto chegou a ser levantado pela oposição, na recente sessão da Assembleia Municipal do Porto Novo, a mesma que debateu e aprovou a controversa participação desse município na Sociedade de Desenvolvimento Turístico e Urbano daquele concelho.

Este jornal está em condições de avançar que a venda dos referidos terrenos aconteceu a 12 de Março de 2004, ou seja, nove dias antes das eleições autárquicas, realizadas no dia 21 do mesmo mês. E foram dois lotes de terreno que a firma Cimentos de Cabo Verde comprou: um de 6.525 m² e o outro medindo 2.090 m², ambos localizados na zona de Chã de Peixinho, nas proximidades da extinta Empa.

O referido negócio consta no relatório da inspeção feita pelo Tribunal de Contas e pode ser confirmado através dos recibos nº 43/04 e nº 44/04 de 12 de Março de 2004 do serviço da fiscalização Municipal, am-

bos assinados pelo secretário e tesoureiro municipais. Conforme tais documentos, a CCV apenas pagou os impostos de sisa, no valor de 30.750\$00 e 195.776\$00, respectivamente, o que, no conjunto, perfaz um total de 226.531\$00. «Portanto, o montante de 7.615 contos respeitantes à compra dos 7.615 m² de terrenos (1000\$00 por m²), não deu entrada na tesouraria Municipal», garante a nossa fonte.

É que, segundo a mesma, o próprio presidente Amadeu Cruz não soube explicar o paradeiro desse dinheiro, quando foi interpelado sobre esta matéria durante a recente sessão da Assembleia Municipal. Entretanto a mesma sessão da AM autorizou a edilidade a participar na controversa Sociedade de Desenvolvimento Turístico e Urbano do Porto Novo (SEDETUR), cujo processo de constituição continua pendente, porque,

segundo o notário Silvestre Oliveira, alguns sócios ainda não forneceram a totalidade dos documentos legalmente exigidos para o efeito.

Este dossier promete novos desenvolvimentos, já que a Câmara está a ponderar se vai realizar com dinheiro ou com terrenos os 27% de acções que detém na novel sociedade turístico-imobiliária. Recordase que o município pretende disponibilizar uma área urbanizável de 100 hectares para a referida sociedade. As empresas nacionais Constur e Editur – que individualmente têm a mesma quota que a edilidade portonovense - assumem, no conjunto, 54% do capital social de 50 mil contos da mesma firma. O deputado do PAICV Alberto Joséfá Barbosa e o empresário próximo do MpD, José Pedro Oliveira, subscrevem as restantes acções, com 9,5% cada.

ADP

AM da Brava reúne-se para debater o estado da administração municipal

A Assembleia Municipal da Brava vai reunir-se, dentro de dias, para debater o estado da administração municipal, na sequência das denúncias que dão por certa a existência de corrupção na Câmara de Camilo Gonçalves. Informações do presidente da AM, Francisco Coelho, para quem a reunião será convocada sem se ter em conta o abaixo-assinado de 347 subscritores, que padece ainda de várias irregularidades.

O presidente do referido órgão autárquico avança que já iniciou, desde o dia 3 de Janeiro, o processo de consultas aos líderes das bancadas parlamentares do PAICV e MpD para agendar a sessão extraordinária da assembleia, cuja data deverá ficar definida ainda na primeira quinzena deste mês.

Francisco Coelho acrescenta que a Mesa da AM já tem em seu poder um pedido do edil Camilo Gonçalves, solicitando, desde Novembro, a urgente convocação dessa reunião. Tudo na perspectiva de satisfazer a solicitação de um grupo de dirigentes locais do PAICV e do MpD que querem ver esclarecidas as alegadas irregularidades cometidas na gestão municipal. Isto segundo as denúncias tornadas públicas pelo vereador e antigo responsável local do PAICV, Moisés Santiago, e retomadas na petição de 21 de Novembro de 2006 que a Mesa da AM devolveu à precedência, por ela não respeitar todos os requisitos legalmente exigidos para o efeito. A petição foi promovida por um grupo de cidadãos, liderado por Carlos Andrade, activista do PAICV, e Daniel Gomes Miranda, deputado municipal do MpD.

Coelho fez questão de realçar que esta sessão do parlamento municipal será convocada sem se ter em conta a petição dos 347 subscritores transformada depois em solicitação, já que esta padece ainda de irregularidades várias. Por causa disso, a Mesa da AM já solicitou, conforme ele, um parecer jurídico a um consultor, o qual deverá ficar concluído até a próxima semana.

O presidente da Assembleia Municipal da Brava garante que é unânime a vontade de reunir aquele órgão, o mais tardar a 15 de Janeiro deste ano. É que segundo Francisco Coelho, o edil Camilo Gonçalves precisa de algum tempo para preparar o relatório sobre o estado da Administração Municipal, um documento que deverá fornecer todos os dados importantes para a análise e esclarecimento dos deputados. A celebração da festa de Reis (6 de Janeiro) que também mobiliza a terra natal de Eugénio Tavares, constitui, de acordo com a mesma fonte, um dos outros factores a se ter em conta na marcação da mencionada reunião.

ADP



Sexta-feira, 5 de Janeiro de 2007

asemana

Correio das Ilhas

Encontro marco

O ano de 2007 está na estrada, com os seus desafios e expectativas. À par da graduação de Cabo Verde a País de Rendimento Médio. Além destes, vem de mais um ano que todos desejam e seja de muito trabalho,

semana Sexta-feira, 5 de Janeiro de 2007

POLÍTICA

Ano pré-eleitoral

Tratando-se de um ano pré-eleitoral, 2007 deverá conhecer alguma animação com vista às autárquicas de 2008, nomeadamente a nível da escolha dos candidatos, estabelecimento de eventuais alianças, etc. Fora esse tipo de azáfama, é bem provável que o debate em torno da regionalização volte a ganhar fôlego, sobretudo agora que tanto o PAICV como o MpD parecem ter inscrito o tema na sua agenda, ainda que com abordagens e alcances diferentes.

Aliás, a regionalização do Fogo e da Brava será debatida num fórum a acontecer agora em Janeiro, evento que servirá para traçar as ideias mestras do desenvolvimento desses dois pontos do território nacional. Para o efeito, uma equipa técnica está

a trabalhar no esboço do ordenamento dessas duas ilhas, contemplando as possíveis opções de desenvolvimento.

Outro tema provável neste novo ano que ora começa, é a já velha questão do estatuto especial para a Cidade da Praia, algo previsto desde 1999 pela Constituição da República mas que se arrasta até hoje. Felisberto Vieira confessou, semanas atrás, que gostaria que essa questão ficasse solucionada já neste mês de Janeiro. A ver vamos, se os deputados nacionais lhe fazem a vontade.

Outro tema político forte poderá ser a revisão do Código Eleitoral, algo que, a acontecer, terá de se consumir entre os meses de Abril e Junho, tendo em conta as imposições do Cód-

igo Eleitoral e da própria CR. Este é, aliás, um dos temas sobre a mesa nas relações entre o governo e o MpD, marcadas doravante por reuniões mensais, conforme o estabelecido pelo primeiro encontro entre José Maria Neves e Jorge Santos, em Dezembro.

A concretizar-se, este facto deve marcar, e de que maneira, o relacionamento entre o executivo e o maior partido da oposição, devendo para isso contribuir a Comissão Paritária a ser criada pelos dois a nível do parlamento, para a definição de consensos em torno de questões essenciais para o país. Além do Código Eleitoral, há naturalmente o problema da revisão constitucional, algo que se tentou, sem resultado, no final do anterior mandato parlamentar.

PARTIDOS

Na frente partidária, o MpD deverá, segundo o seu secretário-nacional, Mário Fernandes, centrar a sua atenção, em 2007, na eleição directa dos órgãos dirigentes das Regiões Políticas do território nacional e da diáspora e na comemoração, a nível dos vários concelhos, do 13 de Janeiro, com várias actividades.

O PAICV planeia concentrar-se

nos preparativos das autárquicas de 2008, com encontros das lideranças regionais para afinar a estratégia para as municipais e definir as suas listas. Tendo em vista as metas em mira, este é um ano em que a Universidade de Verão, espaço de formação e debate dos tambarinas, deverá ter um papel especial na preparação dos dirigentes do PAICV para os grandes desafios políticos de 2008.



ECONOMIA E FINANÇAS

A vez de José Brito

Do ponto de vista económico, 2007 configura-se, neste início de ano, como uma temporada carregada de expectativas, agora com o Ministério da Economia, Crescimento e Competitividade nas mãos de José Brito. De acordo com as previsões, o país deverá crescer entre os 6 e 7%, sendo provável que o turismo continue a ser o carro-chefe desta caminhada e, por via dele, Cabo Verde continue a ser procurado por parte de importantes investidores externos.

Sendo assim, um dos aspectos a definir logo neste mês de Janeiro são os novos moldes do polémico contrato entre a SDTIBM e SLN-CV, um dossier que ditou a demissão de João Pereira Silva, e que, uma vez renegociados os seus termos, irá prosseguir naquele que é tido como o mais ambicioso projecto de desenvolvimento de turismo naquelas duas ilhas, e quiçá de todo o arquipélago. Agora com um maior envolvimento das duas câmaras municipais, cujos presidentes, José Pinto Almeida e Manuel Ribeiro, exprimiram há poucos dias o seu apoio à referida sociedade.

Ainda a nível da economia (mas também das Finanças), o governo terá de atender às exigências do FMI, consubstanciadas no PSI, que fixa as privatizações em 2007. São os ca-

dos da Enapor, Emprofac, Interbase... E também da TACV, cuja gestão foi recentemente assumida pela Sterling Merchant, embora neste caso o ano de 2007 se apresente neste momento demasiado perto para os desideratos que persegue a nossa companhia aérea de bandeira. Mas há também as acções que o Estado ainda detém na Enacol, que serão vendidas através da Bolsa de Valores.

Tendo ainda em conta as privatizações acima referidas, além de outras operações recentemente anunciadas (venda dos bilhetes de tesouro resultantes da compra pelo BCA da dívida da Electra junto à EDP/AdP, bem como a venda de títulos de investimentos do BPN), este pode vir a ser um ano particularmente auspicioso para a Bolsa de Valores. Portanto, mais uma vez, a ver vamos.

A nível do sector privado, 2007 configura-se como o ano em que se irão concretizar alguns dos projectos já anunciados, alguns dos quais há já bastante tempo. Note-se que a previsão inicial da Cabo Verde Investimentos para 2006 foi de longe superada, quase que duplicou, quando os últimos dias do ano vieram revelar que, afinal, os investimentos que entraram em Cabo Verde cifravam-se em mais de 500

→

Estado com 2007

partida trata-se de mais um ano pré-eleitoral, mas também «véspera» da reforma, pois, outros desafios que se colocam a este arquipélago no início de 2007 são a melhoria da saúde, mais concórdia, realizações e sucessos e de menos pobreza.

INFRAESTRUTURAS, TELECOMUNICAÇÕES E TRANSPORTES

Mais asfalto, mais aviões, mais aeroportos

Prosseguem, neste 2007, as grandes obras, ao mesmo tempo que outras têm o seu arranque, agora com um outro grau de exigência, tendo em conta o papel que as “infraestruturas” ocupam em época eleitoral. Sendo 2008 um ano eleitoral, é bem provável que o calendário das inaugurações e das primeiras pedras venha a conhecer nestes 12 meses algum frenesim.

Assim, de acordo com os dados recolhidos por **A Semana**, arrancam, neste primeiro semestre, as obras do anel rodoviário do Fogo, orçadas à volta de 2 milhões de contos e financiadas pelo BADEA. Ainda no Fogo têm também início os trabalhos de reabilitação do aeroporto de S. Filipe (180 mil contos). Uma outra ilha que verá o seu aeródromo a entrar em obras é a do Maio (50 mil contos). Nos dois casos o financiamento é da ASA.

Outra grande aposta, pelo seu impacto, é a recuperação do Plateau, com pavimento e passeios novos, e as praças devolvidas aos praienses. Outras: a construção da Avenida Marginal até Palmarejo, uma passagem aérea na Rotunda de Terra Branca e a reabilitação e asfaltagem da estrada Praia/S. Francisco, um compromisso assumido com a Sambala Village, cuja primeira fase caminha para o fim. Este pacote está orçado em 1.2 milhão de contos e, a concretizar-se, constitui a grande aposta do governo para conferir uma outra pinta à capital do país.

Ainda em matéria de estradas, está também previsto para este 2007 o arranque das obras dos anéis rodoviários da Ribeira Grande e do Paul, em Santo Antão, financiados no âmbito do MCA, no valor de 400 mil contos; e a conclusão do pacote de estradas para o interior de Santiago,

financiado também pelo MCA, no valor de mais de um milhão de contos.

A nível do saneamento e abastecimento de água, está agendado o início das obras da III Fase do Projecto do Mindelo e da Praia (a cada um 900 mil contos), bem como o da Calheta de S. Miguel (250 mil contos), suportadas todas pela União Europeia.

A construção do Terminal VIP e o alargamento do Parque de Estacionamento do Aeroporto da Praia também têm encontro marcado com 2007. A nível portuário, começam a ser implementados os projectos de expansão e modernização do Porto da Praia (mais de 70 milhões de dólares, obtidos através do MCA, Banco Mundial e outros parceiros) e de transformação do Porto Grande numa plataforma de transbordo de contentores, bem como a expansão do Porto de Palmeira, na ilha do Sal, sendo este um projecto orçado em 2 milhões de contos, que corre por conta do Banco Europeu de Investimento, através da Enapor.

Em matéria de inaugurações, a festa vai correr ainda este trimestre por conta dos aeroportos internacionais de S. Vicente e da Boa Vista, que absorveram, no conjunto, cerca de dois milhões de contos; a circular da Praia, orçada em 3,5 milhões de contos, neste último caso com financiamento do Estado português também aponta Maio no Calendário.

Também sob o comando de Manuel Inocêncio Sousa, o sector das telecomunicações vai conhecer, neste ano que acaba de entrar, os resultados práticos da liberalização consumada em 2006, estando prevista a entrada no mercado

cabo-verdiano da empresa americana TMais. E, a nível da televisão por assinatura, está previsto também o arranque de um outro canal, este a cargo de um operador chinês, cuja autorização foi concedida desde o ano passado, ao mesmo tempo que a Zap.

Já nos transportes marítimos, o Governo prevê navios ró-ró em todos os portos do país. Nos ares, e mais lá para o final do ano, surgirá a privatização da TACV que verá a sua frota doméstica renovada ainda no primeiro semestre deste ano, com a chegada de novos aparelhos negociados em final de 2006.

REFORMA DO ESTADO

A aprovação e implementação da lei de bases da Administração Pública, o novo PCCS, o novo sistema de avaliação dos funcionários públicos, o Código de Trabalho, a aplicação do Plano Nacional de Contabilidade Pública, e a Casa do Cidadão são algumas medidas legislativas e práticas que poderão, este ano, marcar a chamada reforma do sector público em Cabo Verde.

Algumas dessas medidas estão em curso há já algum tempo, o que por si mostra o grau de complexidade das mesmas, até porque algumas têm impacto noutros sectores que não apenas o da Administração Pública, a cargo de Cristina Fontes. Um deles é o da Contabilidade Pública, que pretende disciplinar os gastos públicos tanto a nível do poder central como local. Pelo seu impacto e alcance, a implementação do PNCP é já vista como “um marco importantíssimo” para o controlo dos recursos públicos.

mil dólares, muito acima dos 300 milhões de dólares previstos inicialmente. Fontes deste jornal acreditam que embalado por esse valor, 2007 tem, à partida, condições para prosseguir na mesma toada, podendo mesmo a vir a ser o ano da “grande viragem”, em termos de investimentos. Até porque será agora em 2007 que boa parte destes investimentos começará a ser implementada, com os impactos daí decorrentes, nomeadamente, a nível do emprego, crescimento do PIB e não só.

É o caso daquele que já é considerado o maior projecto turístico a ser desenvolvido em Cabo Verde, o Cesária Resort, pertencente ao Profile Group, do Dubai, cujo arranque está previsto para o segundo semestre de 2007. Ainda em São Vicente, prevêem-se para este novo ano o arranque de seis grandes projectos turísticos de grande envergadura, localizados na Baía das Gatas, Salamansa, Flamengos, Calheta, Feijoal Preto e Tupim.

Outro importante empreendimento, este para a Cidade da Praia, é o complexo de Santa Maria, do macaense David Chow, estimado em 300 milhões de dólares. Ainda em San-

tiago este é o ano em que o Sambala Village, em S. Francisco, começará a receber os seus primeiros proprietários, e com eles aterram no ADP os primeiros voos da Inglaterra.

Assegurada que parece estar a procura de Cabo Verde por parte de operadores externos, as autoridades nacionais pretendem, a partir de agora, prestar mais atenção aos operadores internos. É neste âmbito que um programa virado para as PME (Pequenas e Médias Empresas) será implementado pela CI, que vai conceder créditos para fazer desenvolver esse segmento da economia. Um dos sectores que deverá contar com a mãozinha do Estado é o das pescas, há muito afogado em problemas.

Um outro sector a acarinhar é o da Cultura. Através de uma parceria com o Brasil, o governo conta criar e desenvolver a chamada indústria da cultura, especialmente aquela virada para o turismo. À semelhança de outras paragens, entre as quais o Brasil, acredita-se que a cultura em Cabo Verde pode vir a constituir um importante factor de desenvolvimento, contribuindo para a formação do PIB, desde que se consiga pôr de pé uma rede de

agentes e actividades que passam pela música, artesanato, turismo, património, etc.

Um outro sector a desenvolver é o dos “agronegócios”. Aproveitando os financiamentos do MCA, pretende-se pôr de pé e a funcionar a tão falada unidade de tratamento e embalagem de produtos agrícolas de Santo Antão, de modo a permitir que essa ilha possa regressar ao mercado nacional. Pois, através de tal unidade, os problemas que se colocam com os milpés deixarão de existir.

Continuando ainda no mundo onde nem tudo são rosas, outros problemas persistem e servem para deixar a nu as fragilidades que ainda se colocam ao desenvolvimento de Cabo Verde. Um caso notório é o Parque Industrial do Lazareto: aquele que é considerado pelos mindelenses um “elefante branco” pelos investimentos consumidos, continua às moscas. Ou seja, o Lazareto ainda não recebeu uma só empresa, não obstante as garantias do presidente da Sociedade de Gestão da ZIL, Martinho Ramos, que os primeiros investidores chegariam no segundo semestre de 2006. Pode ser que isso aconteça, agora, em 2007.

Polícia de farda nova

A instalação do Serviço de Informação da República (SIR), cuja orgânica já se encontra aprovada, deve ser uma das principais novidades para o sector da segurança agora em 2007. A Polícia Nacional, seguindo a linha de inovação operacional e administrativa, vai ter novo fardamento e estatutos adequados à nova realidade da corporação policial. Uma das novidades é a introdução da "técnica canina", nos aeroportos internacionais, para combater o tráfico de drogas. Ainda a nível da PN, arranca agora em Janeiro uma nova formação de agentes, tendo-se como escolaridade exigida o 12º ano.

Um outro sector importante, o da administração eleitoral, sob tutela de Júlio Correia, pretende neste novo ano proceder à modernização e descentralização do processo eleitoral, algo que passa pela criação de um Gabinete de Apoio ao Eleitor, bem como pela interligação de todas as Comissões de Recenseamento Eleitoral na rede informática do Estado (Nosi).

A inauguração do Palácio da Justiça de S. Vicente e a possível nomeação, finalmente, do provedor poderão ser algumas das novidades no domínio tutelado por José Manuel Andrade. No caso da figura do provedor de justiça, ela deve decorrer do entendimento entre o governo e o MpD. Este acordo deve também criar condições para a próxima revisão da Constituição da República e do Código Eleitoral, bem como a nomeação do novo STJ, além de institucionalizar o Tribunal Constitucional, algo que deve acontecer em 2008.

Mas este é o ano em que o governo pretende apostar na luta contra a corrupção e o branqueamento de capitais, estando agendado o arranque do ANTRAF, um projecto virado para a luta contra o tráfico de drogas, orçado em 80 mil contos, que conta com financiamento externo. Prevista está também a implementação do novo Código da Estrada.

Num outro nível, o do Ministério Público, é provável que se venha a criar um Departamento de Investigação Criminal para se ocupar dos casos mais delicados e que exigem uma investigação mais aturada da Procuradoria da República. Aliás, uma das matérias que o MP tem por resolver é precisamente a denúncia feita por José Maria Neves no dia das eleições legislativas, 22 de Janeiro de 2006, de que gente ligada ao narcotráfico andou a financiar a campanha de partidos políticos.

SÓCIO-LABORAL

A discussão e aprovação do novo Código Laboral, o qual deverá resolver a problemática do contrato a prazo e fixar o salário mínimo nacional, deve constituir uma das novidades deste 2007 no sector sob tutela de Sidónio Monteiro. Além do mais, trata-se, este, de um assunto que se arrasta desde o mandato anterior e que já consumiu vários horas de trabalho entre os sindicatos, o patronato e o Governo, restando mesmo assim alguns pontos por resolver, não fosse o CT uma questão delicada em qualquer parte do mundo.

Mas o ano na frente laboral deve, ainda, ficar marcado pelo ingresso dos restantes 8 mil trabalhadores da administração pública no INPS. E, ainda, pela participação das centrais sindicais no CA do INPS, segundo a deliberou a última reunião do Conselho da Concertação Social.

Os professores e os trabalhadores do Instituto de Meteorologia prosseguem, neste início de ano, a sua luta por melhores condições salariais e de carreira. De salientar a suspensão da greve que algumas categorias da TACV tinham agendada para esta semana.

Na frente sindical é de referir que poderá ser este o ano em que a CCSL venha a realizar o seu congresso, que devia ter lugar no último trimestre de 2006 e foi, uma vez mais, adiado por razões desconhecidas. Aliás, a falta de prestação de contas por parte dos sindicatos que integram a CCSL é, precisamente, um dos problemas detectados pelo estudo sobre o sindicalismo em Cabo Verde, sendo a central de José Manuel Vaz a principal perdulária neste aspecto.

No domínio da luta contra a pobreza, estão previstos mais de 35 mil contos de investimentos no 1º semestre de 2007. O montante será aplicado nas áreas de habitação social, construção de instalações sanitárias, ligação domiciliária de água, além de apoios – como botes e motores – às actividades geradoras de rendimento.

semana Sexta-feira, 5 de Janeiro de 2007

EDUCAÇÃO

Escola do Governo e Negócios

A nível da educação não se esperam especiais novidades neste 2007, pelo que é a Uni-CV a continuar a concentrar a atenção dos responsáveis do sector. Para o efeito vão começar a chegar os primeiros mestres, formados no exterior, enformando assim o primeiro corpo docente daquela universidade. Este é, aliás, um tipo de acção que deve prosseguir neste novo ano, com a formação de novos mestres e doutores. Ainda a nível do ensino superior, está para breve, provavelmente agora em 2007, a criação da Escola de Governo e Negócios, a surgir da junção do actual INAG e ISCEE.

Concluir e construir novos liceus, aprovar uma nova grelha salarial para os professores de ensino secundário, implementar o estatuto dos professores do EBI formados no Instituto Pedagógico, introduzir o ensino da cidadania e direitos humanos no curriculum escolar e resolver o problema da reclassificação na carreira dos professores (2005/2007) são outros pontos da agenda da Educação para este 2007. Um 2007 não isento de conflitos laborais, tendo em conta as reivindicações que não param de surgir por parte do professorado e que exigem, cada vez mais, uma maior habilidade por parte de Filomena Martins.



SAÚDE

Quem pode paga

O início da implementação da Política Nacional de Saúde (já aprovada, com o princípio de que aqueles que podem devem pagar os custos da saúde) é, seguramente, um dos elementos mais relevantes do ano no sector tutelado por Basílio Mosso Ramos. Um outro documento estratégico é o Plano Nacional de Desenvolvimento Sanitário para o próximo quinquénio.

Este é o ano em que o sector da saúde deve também registar uma importante novidade que é o arranque dos serviços de Oncologia nos hospitais centrais da Praia e S. Vicente. Não menos relevantes são os esforços com vista à introdução da hemodiálise no país, algo que deverá contribuir para diminuir a evacuação de doentes para Portugal.

Em termos de infra-estruturas hospitalares, as promessas são muitas. Além da informatização dos hospitais para melhorar a gestão das estruturas da Saúde, na Praia, arranca este ano a construção da nova Maternidade e Central de Consultas do "Agostinho Neto"; no Mindelo, têm início as obras de reabilitação do "Baptista de Sousa", enquanto que no Sal prossegue a construção do hospital regional dessa ilha.

Este é também o ano da operacionalização das estruturas de Saúde de Santiago Norte, com a inauguração do Hospital de Santiago Norte na Achada Falcão, os centros de saúde do Tarrafal, Calheta e Assomada, os postos sanitários de Achada-Lém, Chã de Tanque, Chão Bom e Chã de Junco.

É também neste 2007 que têm início as obras da construção das instalações da Delegacia de Saúde. E, em matéria de centros de saúde, está prevista para este ano a abertura dos centros da Boa Vista e do Maio, devendo, na Praia, ser retomadas e concluídas as obras dos centros de saúde da Achada de Santo António, Tira-Chapéu e Ponta d'Água, interrompidas há três anos. Um outro centro de saúde que deve conhecer o seu arranque é o da Achadinha.

Eenfim, o sector da saúde deve ainda ficar marcado neste 2007 pela adopção de um novo sistema nacional de utilização dos medicamentos.

FRETE EXTERNA

Entre a Europa e a África

Na frente externa, mas com impactos na vida interna nacional, este é o último ano que Cabo Verde permanece na lista dos PMA, com todas as consequências positivas e negativas decorrentes da sua graduação a país de desenvolvimento médio.

A cidade da Praia deve, entretanto, prosseguir a sua estratégia de aproximação à União Europeia e à NATO, visando uma parceria com estas duas entidades de cariz internacional. Fontes deste jornal acreditam que «passos essenciais» serão dados agora em 2007. Para já Cabo Verde conseguiu ficar de fora do Tratado de Cotonou, via através da qual Bruxelas se relaciona financeiramente com as várias regiões do Terceiro Mundo. Tendo optado por um acordo bilateral, negociado directamente com a UE, este documento deve ser negociado nos próximos meses.

Ainda a nível da UE, a Cidade da Praia pretende apostar forte em termos diplomáticos, em duas oportunidades que neste momento se desenham: Portugal a presidir no segundo semestre à UE e a Cimeira Euro-Africana a ter lugar na mesma altura, em Lisboa. A ideia, segundo uma fonte deste jornal, é começar o processo da parceria especial agora, no primeiro semestre, quando a Alemanha preside à UE e acelerar a coisa no segundo semestre, com Portugal. Quanto à Cimeira Euro-Africana, a Cidade da Praia já decidiu «preparar-se muito bem» para esse encontro, de modo a vender convenientemente o seu peixe.

A nível da CEDEAO, é já sabido que Cabo Verde conseguiu que lhe seja dispensado um «tratamento especial» enquanto Estado insular, livrando-o assim da «livre circulação»



de pessoas vindas do continente e em condições tais que ameaçavam fugir ao controlo das autoridades nacionais. Solucionado o problema, e afastados certos equívocos, a Cidade da Praia vai agora procurar intensificar as suas relações políticas e económicas com a comunidade de que faz parte nesta sua subregião africana.

CULTURA

O regresso de Manuel Veiga

Um dos acontecimentos deste ano será o regresso agora, em Janeiro, de Manuel Veiga ao seu lugar de ministro, depois de quase seis meses fora do posto devido ao enfarte que o ia fulminando nos EUA.

Com Manuel Veiga no leme, este é o ano que o Ministério da Cultura conta apresentar um conjunto vasto de actividades, que vão da realização de um simpósio dedicado aos claridosos à defesa do património, sem deixar de fora a oficialização do crioulo e outros temas caros a Veiga. Isto fora a produção normal que o sector conhece a nível de livros e discos, não fossem estes dois dos mais importantes segmentos culturais do país.

Mas sem dúvida que o destaque cultural deste ano vai para o simpósio que o MC está a organizar para assinalar, em Abril, na cidade do Mindelo, o centenário do nascimento de algumas das figuras que estiveram ligadas ao movimento Claridade. Um evento que servirá também para assinalar os 70 anos da criação dessa célebre publicação, que marca o surgimento da moderna literatura cabo-verdiana.

Além do referido simpósio que trará a Cabo Verde especialistas de várias nacionalidades, o MC agendou, também para 2007, a publicação de diversos livros de autores afectos àquele movimento literário (ver pág. 6).

Numa outra frente, a Cidade Velha prepara-se para em 2007 apresentar a sua candidatura a Património Mundial. Uma comissão chefiada pelo presidente do IIPC, Carlos

Carvalho, e integrada por uma equipa multidisciplinar, tem estado a trabalhar no dossier de candidatura. A proposta será apresentada também em Abril.

A questão do património construído deve, este ano, continuar na ordem do dia. Para todos os efeitos, arranca agora em Janeiro a construção de um edifício de três pisos no Madeiral, considerado um património urbanístico da cidade do Mindelo. O projecto pertence à Câmara de Isaura Gomes e está a ser contestado. Para resolver problemas do género, Cabo Verde vai passar a estar munido de legislação para protecção do seu património histórico, em 2007, caso se confirmar a informação avançada em primeira-mão pelo presidente do IIPC, Carlos Carvalho, a este jornal há poucos dias.

As expectativas de Manuel Veiga de que o Centro Nacional de Artesanato e a Capitania Velha seriam transformados em espaços museológicos não se concretizaram até hoje. Espera-se por isso que, em 2007, as obras que se arrastam há tanto tempo, sobretudo no CNA, sejam concluídas e o espaço reaberto. Para alegria dos mindelenses.

Continuando em S. Vicente, mais concretamente pelo Carnaval, este 2007 promete competição acirrada e mais brilho com o ressurgimento do grupo Maravilhas do Espaço, que há dez anos não desfila no «sambódromo» do Mindelo.

Numa outra frente prevê-se para 2007 o «relançamen-

to» do processo de oficialização da língua crioula, um tema caro ao ministro Manuel Veiga, não fosse ele um dos principais paladinos dessa causa.

O lançamento do documentário sobre Cabo Verde do cineasta americano Tim Reid, a vinda a Cabo Verde da orquestra que actuou com Tito Paris na Aula Magna, resultando disso um dos melhores álbuns da discografia cabo-verdiana, o lançamento de novo CD dos Mendes Brothers, mas também o anunciado CD de Zezé di nha Reinalda, o primeiro CD de Princesito, o segundo de Vadú, são, para já, alguns dos compromissos para este 2007. Aliás, o ano começa com o lançamento de «Ho mãe mas justa», de Tó Alves e «Nhara di Santiago» de Nhonho Hopffer.

Em termos editoriais, 2007 promete ser um ano rico em novos livros. O primeiro da temporada saiu ontem com o lançamento de «*Tchuva na desert*», uma antologia de contos, organizada pelo ex-delegado da Lusa em Cabo Verde, Francisco Fontes, e que reúne 22 contos de 18 escritores. Trata-se esta de uma novidade entre nós, já que é a primeira vez que escritores cabo-verdianos são convidados a participar numa antologia de inéditos, sendo esta uma iniciativa da ONG «*Saúde em Português*». Abarcando um tão vasto leque de criadores, «*Tchuva na desert*» acaba por funcionar como uma amostra das tendências estéticas que se colocam no campo da actual ficção cabo-verdiana, mais precisamente do conto.



MÉDIA

Novos canais de televisão

O ano deve arrancar com o anúncio, ainda este mês, dos vencedores do concurso de concessão de novos canais abertos de televisão. Conforme o já anunciado pelo primeiro-ministro, José Maria Neves, Cabo Verde vai passar a ter três canais nacionais e cinco regionais, sendo que para o concurso em referência cinco concorrem a nível nacional e um só no âmbito regional.

É também compromisso, assumido neste caso pela ministra Sara Lopes, que até Março o Estado se irá desengajar do jornal Horizonte, ao mesmo tempo que se vai dar um novo alento à agência Infopress.

Continuando no campo da televisão, também para 2007 está prevista a apresentação dos resultados da auditoria e consultadoria encomendada pelo governo à empresa portuguesa Mundiserviços, para saber como atacar os problemas que afectam a TCV e adequar a televisão pública aos tempos que aí vêm, com mais canais de televisão.

Fora isso estão previstas algumas medidas legislativas referentes à revisão da lei da Comunicação Social, estatuto dos jornalistas, entre outras. Por fim, no âmbito da revisão da Constituição não está descartada a hipótese de transformar o Conselho de Comunicação Social numa Entidade Reguladora, à semelhança do que acontece noutras paragens.

Bolsa de Valores lança fundo imobiliário

A Bolsa de Valores de Cabo Verde vai lançar, este mês, o fundo imobiliário de 200 milhões de euros, destinado a pessoas colectivas e individuais que queiram rentabilizar as suas poupanças. A iniciativa tem a parceria do Banco Português de Negócios (BPN) e enquadra-se nas reformas em curso para transformar o nosso país numa plataforma financeira. Um outro objectivo da BVC é fazer com a que CVTelecom passe a integrar a lista das empresas cotadas em bolsa.

A Bolsa de Valores de Cabo Verde vai lançar, a partir deste mês, um novo produto: Fundo imobiliário fechado de 200 milhões de euros, do BPN, destinado a rentabilizar poupanças de pessoas colectivas e individuais.

O presidente do Conselho da Administração do BVC avança que a sua instituição está, neste momento, a preparar a cotação do referido fundo. «O fundo de 200 milhões de euros posto à disposição de Cabo Verde, através da Bolsa de Valores, pertence ao BPN, que é uma entidade offshore», salienta Veríssimo Pinto.

Para este administrador, escusado será dizer a importância que o referido fundo pode vir a representar junto dos aforradores, por um lado. E por outro é algo que vem ao encontro da pretensão de transformar Cabo Verde numa atractiva plataforma financeira.

O fundo em apreço deve proporcionar um encaixe financeiro superior a 13 mil contos por ano. Um montante bastante significativa para a Bolsa

de Valores, uma instituição financeira que passa a funcionar agora só com fundos próprios.

Mas as ofertas públicas de venda não ficam por aí. A BVC está também a preparar a venda dos 28% de acções que o Estado de Cabo Verde detém ainda na Enacol. Esta medida decorre da lei-quadro das privatizações, que visa fomentar a participação dos nacionais, designadamente os trabalhadores, emigrantes e pequenos accionistas, na titularidade do capital das empresas privatizadas.

É que, na óptica do governo, a Enacol é uma empresa de valor, com uma posição dominante no mercado e sem constrangimentos estruturais sérios para a sua evolução futura. A aquisição, desde há já algum tempo, por duas multinacionais da indústria, Sonangol E.P. e a Petrogal S.A., das acções da Enacol colocou, segundo o Gabinete das Privatizações, estas empresas multinacionais numa posição de comando da sociedade, o que em si representa uma valorização adicional da Empresa

Nacional de Combustíveis. E o facto de Enacol estar inserida na cadeia de suporte tecnológico, financeiro e de mercado daquelas empresas, constitui, conforme a mesma fonte, um elemento de garantia quanto ao futuro daquela petrolífera.

Mas as operações da BVC não ficam por aqui. Uma outra acção de peso é colocação em breve dos títulos de dívida da Electra junto da EDP/AdP adquiridos recentemente pelo BCA, no valor de 70 milhões de euros.

Em ano de novidades, a BVC quer também que a CVTelecom passe a integrar a sua carteira de títulos, uma pretensão que se arrasta há já algum tempo e que tem encontrado alguma resistência por parte da empresa de telecomunicações. A ideia da BVC é levar pelo menos 60% das acções da Telecom para a Bolsa, algo que a acontecer deve contribuir também para tornar o mercado de capitais mais dinâmico.

ADP



Professores pedem encontro com MEES

O Sindicato Democrático dos Professores aguarda brevemente uma resposta da ministra da Educação e Ensino Superior, Filomena Martins, ao seu pedido para uma reunião nos primeiros dias do corrente mês de Janeiro. O objectivo, de acordo com Nicolau Furtado, é discutir algumas questões que transitaram para 2007, não obstante as garantias dadas por aquela governante de que seriam solucionadas impreterivelmente em Dezembro.

O pagamento dos atrasados devidos aos professores do EBI, referentes aos meses de Janeiro a Maio de 2005, e a reclassificação de pelo menos 400 docentes em todas as ilhas, um assunto que remonta a 2005, são as duas questões mais urgentes. Nicolau

Furtado está optimista e pensa que pelo menos a reclassificação dos professores deverá ser resolvida ainda este mês, a crer nas informações recebidas do Ministério da Educação e Ensino Superior.

“A ministra garantiu-nos no nosso último encontro, realizado em Novembro do ano passado, que os atrasados foram contemplados no OE de 2006 e que seriam pagos antes do término de Dezembro. Isso não aconteceu. Quanto à reclassificação, ela afirmou que os salários dos professores serão actualizados ainda neste mês de Janeiro e que os retroactivos serão pagos de forma faseada, mais concretamente em três prestações”.

Entretanto, o incumprimento de algumas dessas

promessas levou o sindicato a solicitar um novo encontro agora, em Janeiro, que ainda não aconteceu porque a governante alegou agenda carregada. “Estamos esperançados de que este encontro se realize nos primeiros dias de Janeiro e que as respostas sejam satisfatórias, sob pena de partirmos para outras formas de luta”, ameaça Nicolau Furtado, que não descarta a possibilidade do seu sindicato recorrer aos tribunais e mesmo a uma greve de abrangência nacional.

Um outro assunto que esperam poder discutir com a tutela da Educação é a nova grelha salarial para classe. De acordo com o sindicalista, foi criada uma equipa de

trabalho em Outubro último mas, infelizmente, ainda não realizou qualquer encontro. A expectativa é de que o resultado do trabalho efectuado por essa equipa venha a integrar o OE de 2008, um prazo que poderá ficar comprometido devido aos atrasos verificados.

“O sindicato indicou ao MEES os seus representantes nesta equipa. Estamos a aguardar que o ministério convoque a equipa para uma reunião e assim discutirmos os pormenores da nova grelha salarial. Se isso não acontecer, o sindicato tomará unilateralmente uma posição de força porque não podemos ficar eternamente à espera do MEES”, completa.

Constância de Pina

Trabalhadores da TACV suspendem greve

A anunciada greve dos trabalhadores da TACV para os próximos dias 8 e 9 foi desconvocada pelo Sindicato de Transportes, Telecomunicações, Hotelaria e Turismo (SITTHUR). A Sterling, que administra a empresa, decidiu conceder os aumentos salariais reivindicados.

A nova administração da TACV e o SITTHUR que representa a grande maioria dos trabalhadores dessa empresa assinaram um acordo.

Segundo uma fonte, os trabalhadores deverão receber, já no fim deste mês, o aumento salarial referente a 2006 e com efeitos retroactivos a Janeiro. Este é um dos pontos do acordo que contempla não só o tecto máximo de 3,5%, como também estabelece o princípio da diferenciação na sua aplicação, ou seja, aos escalões inferiores cabe uma percentagem maior. Isso porque, de acordo com a nossa fonte, é a própria administração da empresa a dar-se conta que “há um grande fosso salarial entre as categorias”.

Outro ponto do acordo é a aplicação do Novo Sistema de Gestão de Pessoal, provavelmente a partir de Março ou Abril. Satisfeitas essas duas reivindicações dos trabalhadores, a greve foi desconvocada pelo SITTHUR.

Plano nacional para década do deficiente pronto

Cabo Verde já tem praticamente pronto o seu Plano Nacional de Acção para a Década Africana das pessoas Portadoras de Deficiência. Com o PNDAPPD – esta a sigla do plano – pretende-se promover e proteger os mais de 13.948 deficientes existentes no país e integrá-los plenamente na sociedade.

O documento, a que **A Semana** teve acesso, cobre o período que vai até 2009 e encontra-se, segundo o ministro do Trabalho, Solidariedade e Família, na fase final de concepção, devendo brevemente ser apreciado e aprovado pelo Conselho de Ministros.

Sidónio Monteiro destaca que o plano em apreço é resultado do compromisso de Cabo Verde com o Decénio das Pessoas Portadoras de Deficiência. “O seu objectivo é promover uma solidariedade activa, traduzida na igualdade de oportunidades para os deficientes, abrangendo todas as esferas da sociedade cabo-verdiana”, afirma.

Com um total de 65 páginas,

o Plano de Acção Nacional para a Década, dedicada as Portadoras de Deficiência, pretende atingir três objectivos essenciais: reforçar as capacidades nacionais em matéria de promoção e protecção dos direitos das pessoas portadoras de deficiência; promover os direitos destas e a sua plena participação no processo de desenvolvimento do país; integrar as questões relativas à deficiência, nas políticas, estratégias e programas nacionais de desenvolvimento.

O PNDAPPD assume-se ainda como parte na luta contra a pobreza e a exclusão social. Assim, o plano cobre prioritariamente as áreas da saúde, educação, luta contra a pobreza, emprego e formação profissional, infra-estruturas e transportes, infância, juventude e desporto e promoção da mulher.

Em termos de resultados a atingir, o governo espera que em finais deste ano as capacidades institucionais, organizacionais e operacionais das estruturas de implementação do PNDAPPD es-

tejam já devidamente reforçadas, de modo a que em 2009 Cabo Verde disponha de uma política nacional para a área da deficiência. Perspectiva ainda, até finais de 2007, integrar as questões relativas à deficiência nos programas nacionais de desenvolvimento.

A vontade política e a existência de organizações sensibilizadas para trabalhar na área da protecção e defesa dos direitos das pessoas portadoras de deficiência constituem, na óptica do governo, factores fundamentais para a sustentabilidade do aludido plano.

De salientar que existem actualmente no mundo cerca de 600 milhões de pessoas portadoras de deficiência. Destas, 400 milhões vivem nos países em vias de desenvolvimento, sendo 80 milhões estão no continente africano. Em Cabo Verde, conforme o Censo de 2000, há 13.498 deficientes, sendo que 52% deles sofrem de deficiência motora, que inclui desde a paralisia cerebral, à paralisia total e de membros.

ADP



De um modo geral, Cabo Verde soube dar adeus a 2006 e receber em paz o novo ciclo.

Tirando o registo de dois mortos por acidente de viação em S. Vicente e em Santiago, o resto do país foi, este ano, poupado a este género de notícias. Mas a PN registou casos de furtos, agressões físicas e apreendeu armas brancas e de fogo.



Furtos, agressões e apreensão de armas

A festa de S. Silvestre respeitou a tradição na cidade do Mindelo, onde milhares de pessoas concentradas na Avenida Marginal e na Praça Nova celebraram a entrada de 2007, num clima de autêntico e festivo calor humano. Minutos antes da meia-noite, um "trio eléctrico" comandado pelo guitarrista Bau e o cantor Dudú Araújo cruzou a Praça Nova e desceu para o largo do Pássaro, na rua da Praia, levando atrás uma corrente humana. A festa ganhou mais folia à meia-noite com o acender dos fogos de artifício.

A Marginal ficou invadida por pessoas eufóricas, algumas para lá de tocadas pelo álcool mas, mesmo assim, reinou a cordialidade e a amizade. Os dados disponibilizados pela Polícia Nacional revelam o furto de um telemóvel e a detenção de quatro pessoas por distúrbios na via pública, no dia 1 de Janeiro. Mesmo em termos do trânsito, apesar do engarrafamento de viaturas no centro da cidade, aconteceram apenas dois embates com danos materiais leves. No entanto a PN não especifica a zona onde ocorreram esses factos.

A maior parte dos acidentes de viação aconteceu, todavia, no dia 31 de Dezembro, com 6 ocorrências, envolvendo onze viaturas: um atropelamento, três colisões e dois despistes. Entre os dias 30 de Dezembro e 2 de Janeiro, aconteceram onze assaltos, duas agressões físicas, uma ameaça de morte e foram detidos dezanove suspeitos para averiguações, em S. Vicente. Dados que levam o Comando da Polícia a considerar que a passagem de ano foi tranquila.

De um modo geral, Cabo Verde soube dar o adeus a 2006 e receber em paz o novo ciclo. Tirando o registo de dois mortos por acidente de viação em S. Vicente e em Santiago, o resto do país ficou, este ano, poupado deste género de notícias. Os acontecimentos considerados mais graves pela PN na cidade da Praia relacionam-se com casos de furto por esticão e agressões com ferimentos ligeiros. As cinco esquadras policiais registaram um total de setenta e seis ocorrências, relativos a esse género de

crime e foram detidos noventa e quatro indivíduos. Todavia, o posto de atendimento policial no hospital da Praia tomou conhecimento de cento e nove casos provocados por acidentes de viação e agressões diversas. "Mas nada de gravidade", acrescenta o comissário Daniel de Pina, assegurando que esse número fica abaixo da média diária de casos ocorridos na Capital, nos dias normais.

Mais de trezentas chamadas acionaram os serviços de emergência da PN, que colocou todos os seus efectivos em alerta na noite de S. Silvestre. Isto apesar de, na percepção do Comissário Daniel Pina, estarem poucas pessoas a deambular pelas ruas da Capital na noite de S. Silvestre.

Entre os dias 29 de Dezembro e 3 de Janeiro, a secção de trânsito da PN registou a ocorrência de 39 acidentes na Praia, que envolveram 79 veículos. Por seu turno, a Brigada de Investigação Criminal mostrou serviço e recuperou vários objectos furtados, com destaque para telemóveis e televisores.

No interior de Santiago, o ambiente esteve calmo, em parte graças à intervenção das autoridades policiais, que conseguiram jogar na prevenção. Na Calheta de S. Miguel, algumas pessoas resolveram sair à rua com armas brancas escondidas. A PN conseguiu apreender quinze facas, três catanas e três pistolas. Foram registadas, mesmo assim, 14 agressões físicas, com quatro detenções para identificação e mais uma por condução ilegal.

Em Santa Catarina, a passagem de ano ficou marcada por uma alegada tentativa de violação sexual, envolvendo um jovem de dezanove anos. Como de era prever-se, a Polícia também surpreendeu indivíduos armados com duas pistolas 6,35 mm e o famoso "boca bedjo".

Na localidade de S. Domingos, duas crianças atearam fogo a um monte de pasto, enquanto brincavam com fósforos. O incêndio, no entanto, não provocou vítimas humanas. Outro episódio que marcou o S. Silvestre em Santiago relaciona-se com o apedrejamento de um carro

policial por parte de alguns jovens. Segundo Daniel de Pina, tudo aconteceu quando o Corpo de Intervenção foi chamado a actuar por causa de distúrbios provocados por dois estudantes. No momento da captura dos envolvidos, o veículo da PN foi atingido por pedradas no pára-brisas da frente e do lado. Os suspeitos foram capturados e encaminhados para o Tribunal.

Na ilha do Sal, um carro da PN foi também alvo de apedrejamento mas os danos foram ligeiros. Nessa ilha aconteceram doze agressões e alguns furtos em residências e viaturas particulares.

Santo Antão foi a ilha com menos rebuliços neste final de ano. Nos concelhos do Paul, Ribeira Grande e Porto Novo aconteceram, no entanto, denúncias de difamação, injúria e ofensas corporais simples. Quanto a S. Nicolau, as autoridades fiscalizaram cerca de cem viaturas e detectaram dezanove casos de transgressão, que determinaram a apreensão de três veículos.

O caso mais preocupante registado pela PN na ilha do Fogo refere-se a um indivíduo que foi surpreendido na posse de uma pistola carregada com nove munições de calibre 6,35 milímetros. A pessoa foi detida e entregue ao poder judicial.

Feito o quadro das ocorrências, a Polícia Nacional considera que a passagem de ano foi marcada pelo civismo e a tranquilidade, em Cabo Verde. Isto porque, como refere o Comissário Daniel de Pina, vários indivíduos com cadastros policiais foram detidos durante o período do Natal, o que aliviou o trabalho dos agentes por altura de S. Silvestre. Na cidade do Mindelo, por exemplo, a Judiciária desencadeou operações que visaram consumir a captura de alguns indivíduos procurados pela Justiça. Das rusgas efectuadas às chamadas zonas problemáticas do Mindelo, resultaram a prisão de nove pessoas fora de flagrante delito e de mais dois indivíduos por posse de droga.

Kim-Zé Brito

MECÂNICO ACUSA PN DE "Abuso de poder"

O mecânico Carlos Lopes acusa um sub-Chefe da esquadra policial de Fonte d'Inês de abuso de poder e de desrespeito pelos seus direitos civis. Segundo a sua versão, ao tentar apresentar uma queixa junto da POP, acabou por ficar duas horas e meia detido numa cela, nesta quadra festiva.

Como conta o próprio Lopes, chegou meio exaltado à Esquadra, duplamente "chateado" com o comportamento de um indivíduo que atacou a sua casa à pedrada por duas vezes e com a forma como

a Polícia vinha, alegadamente, dando tratamento ao seu caso. "Da primeira vez, chamei a Polícia, chegaram dois agentes num veículo e negaram ir até a minha casa porque disseram que o local era escuro. Perguntei-lhes se agiam apenas na claridade do dia. Ficaram chateados", conta Lopes, assegurando que a Polícia só esteve nessa casa no dia seguinte. Mas, nesse meio tempo, o mesmo agressor voltou a atingir a sua residência pela segunda vez. De regresso à Esquadra, chegou já

exaltado e entrou em choque com o referido sub-Chefe que, segundo conta, acabou por o deter por duas horas e meia. É que, ao ser colocado na rua, deixou escapar que a Polícia parece dar mais credibilidade e apoio aos meliantes do que aos queixosos. Um comentário que, pelos vistos, caiu no desagrado do policial.

Segundo a POP, Carlos Lopes entrou de forma colérica na Esquadra e dirigiu-se para o quintal sem consentimento. Falava tão alto que acabou por perturbar a ordem

e o trabalho dentro da repartição. Devido a este comportamento, o referido sub-Chefe pediu ao queixoso para se acalmar e voltar numa outra altura. Só que Lopes permaneceu na Esquadra e, segundo a POP, com a mesma atitude, lançando, ainda por cima, calúnias contra a Polícia. O mecânico foi, deste modo, metido numa cela por uma hora e quinze minutos, com o pretensão objectivo de o acalmar. Depois foi solto, isento de um processo judicial.

KzB



O iate "Ochum" está atracado no Porto da Palmeira

Espanhol e três cabo-verdianos desaparecidos no mar

As últimas semanas foram marcadas pelo desaparecimento de Álvaro Sanz Sierra, 48 anos, e de José Augusto Rocha, 31, depois de viajarem entre 9 e 11 de Dezembro, de São Vicente para Palmeira, ilha do Sal, onde o iate propriedade do espanhol continua atracado desde o dia 9. Um outro caso, envolvendo dois outros cabo-verdianos (Rui Alberto Martins e um marinheiro conhecido por Jesus), prende-se com o desaparecimento do "Grand Blue", uma embarcação de recreio, propriedade de um cidadão francês. O navio deixou o porto da Praia rumo à Boa Vista há 18 dias e até hoje não se tem notícia dele.

No caso de Álvaro e José Rocha quem alertou a Polícia para o caso foi a esposa do primeiro, Paca Duradon, que, à chegada de Espanha, não tinha o marido a esperá-la como combinaram. O iate "Ochum" está atracado na Palmeira intacto, apenas faltando o bote salva-vidas que estaria a transportar os dois marinheiros quando desapareceram. Inconformados, familiares de Sierra e de Rocha pedem que seja investigado o caso, e há quem acredite tratar-se de um rapto, ou mesmo de algo mais grave, um assassinato.

O irmão do cabo-verdiano desaparecido, Anilson, relatou a **A Semana** que a última vez que a família teve contacto com José Rocha foi no sábado, 9 de Dezembro. A chegada ao Sal, estava prevista para domingo. Na segunda-feira à tarde, 11, viriam a saber que José teria desaparecido, pois a Polícia os contactou à procura de informações, além de que "também ouvimos na comunicação social. A Sandra já estava a desconfiar que alguma coisa se passava", frisa Anilson.

É que segundo a mulher de José, Sandra, sabiam que Álvaro Sierra, um advogado, vinha sendo ameaçado de morte. Temendo pela vida do marido, Sandra conta que chegou a implorar-lhe para que não acompanhasse o espanhol, nessa que pode ter sido a sua última viagem. "Eu e o José sabíamos que ele vinha sofrendo algumas ameaças", diz Sandra.

A PJ teve conhecimento do caso pela boca da esposa de Álvaro Sierra, que já em território cabo-verdiano alertou para o que se estava a passar. As investigações até

agora apuraram que os dois ocupantes do iate foram vistos no domingo a entrar na embarcação de 11 metros de comprimento, de onde desapareceram sem deixar rasto.

Álvaro Sierra é natural de Barcelona e desde Agosto que se encontrava em Cabo Verde, fazendo escala pelas ilhas, facto que, junto com outras evidências, leva a família de José Rocha a desconfiar que ele fugia de alguém. Várias hipóteses estão sendo equacionadas pelas autoridades marítimas e policiais, inclusive um possível naufrágio. Hipótese que não convence os familiares de José Rocha, pois "tratava-se de dois marinheiros experimentados".

As suspeitas de Sandra e Anilson são de que o desaparecimento de ambos tenha a ver com as ameaças de morte de que vinha sendo alvo o espanhol. "Nós pensamos que eles terão sido raptados ou algo assim", aponta Anilson. O facto é que até ao fecho desta edição não havia nenhum vestígio ou pista que levasse aos dois desaparecidos.

"Grand Blue"

Não menos misterioso é o desaparecimento de um outro barco, o "Grand Blue", propriedade de um cidadão francês, que tinha como tripulantes dois cabo-verdianos: o capitão Rui Alberto Martins, natural da ilha do Maio; e um marinheiro conhecido por Jesus, natural da ilha de Santiago. O navio está desaparecido desde 19 de Dezembro, altura em que deixou o Porto da Praia rumo à Boa Vista.

Este caso foi noticiado por "asemanaonline" no dia do Natal, 25, altura em que um amigo de Rui Alberto Martins, o músico Tô Tavares, também alertou a capitania, que de imediato lançou um SOS aos navios a operarem nas águas de Cabo Verde.

O mistério em torno do "Grand Blue" não é despropositado, já que se trata de uma embarcação de recreio, moderna, bem equipada, inclusive com sofisticados meios de comunicação. O facto de ter desaparecido do mapa, sem que nenhum SOS tenha sido enviado é razão mais do que suficiente para deixar todos (parentes, amigos e autoridades) apreensivos.

KS

PN apreende divisas a comerciante chinês



Um comerciante chinês foi impedido pelo Serviço Fronteiriço do Aeroporto Internacional da Praia de levar uma elevada quantia de divisas para fora do país. O chinês, que tem negócio estabelecido na capital, pretendia viajar para a Europa, no voo Praia – Las Palmas – Amsterdam da madrugada de ontem, com 55 mil euros e 70 mil dólares. Mas como não tinha a autorização de uma autoridade bancária foi retido na fronteira, já que por lei só se pode viajar com um máximo de um milhão de escudos.

"Efectuamos a apreensão por ser um valor muito alto, que não pode sair do país sem autorização. E, neste caso, ele não tinha também

declarado esses montantes", explica uma fonte da Polícia Nacional, adiantando que, por iniciativa própria, o cidadão chinês decidiu cancelar a viagem para resolver o assunto.

Segundo a referida fonte, os euros e os dólares foram entregues ao Banco de Cabo Verde, pelo que resta ao comerciante explicar a origem do dinheiro, e porque razão estava a sair do país com um valor tão elevado sem a devida autorização. Afinal, afirma este oficial da PN, os comerciantes estabelecidos em Cabo Verde, incluindo os de origem chinesa, sabem que só podem transportar para o exterior um máximo de mil contos cabo-verdianos.



BANCO DE CABO VERDE

(www.bcv.cv)

TAXAS DE JURO		
Data	Tipo	Taxa (%)
Oficiais		
31-05-1999	Redesconto	8,5
26-02-2005	Cedência de Liquidez	7,5
05-09-2003	Absorção de Liquidez	1,0
08-12-2006	Mercado Monetário Interbancário 1)	6,00
26-12-2006	Taxa Base Anual 2)	3,06
Títulos da Dívida Pública		
26-12-2006	Bilhetes de Tesouro - 182 dias	3,00
22-12-2006	Obrigações de Tesouro - 3 anos	5,13

TAXAS NO MERCADO DE INTERVENÇÃO				
Data Emissão	Tipo	Prazo (Dias)	Taxa	Montante
2006-12-21	TIM	182	3,813	50.000.000,00
2006-12-07	TIM	182	3,256	500.000.000,00
2006-12-27	TRM	14	3,438	800.000.000,00

TAXAS DE CÂMBIO DO DIA 03-01-2007				
País	Moeda	Unid.	Compra	Venda
CANADA	CAD	1	72,088	72,229
SUICA	CHF	100	6.855,582	6.868,358
DINAMARCA	DKK	100	1.477,532	1.480,221
EUROPA	EUR	1	110,265	110,265
INGLATERRA	GBP	1	164,055	164,358
JAPAO	JPY	100	70,200	70,327
NORUEGA	NOK	100	1.337,147	1.339,837
SUECIA	SEK	100	1.218,263	1.221,120
ESTADOS UNIDOS AMERICA	USD	1	83,623	83,825
SENEGAL	XOF	100	16,810	16,810
AFRICA DO SUL	ZAR	1	11,868	12,070

QUANDO A TERRA TOCA O CÉU...

Em decorrência dos acontecimentos motivados pela greve assumida pelos trabalhadores do Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica (INMG) marcada para os dias 13, 14, 26 e 27 p.p., e que, sob duas portarias, foi alvo de requisição civil por parte do governo de Cabo Verde, vejo-me no dever de juntar a minha voz à “plebe” que aderiu à greve *plus æquo* (lat. Mais do que o justo), para questionar o que considero de grande afronta aos direitos, liberdades e garantias dos funcionários do INMG, como cidadãos oriundos deste nobre país.

Considero que, se por um lado as reivindicações são reconhecidas publicamente como justas pelo próprio Presidente do Conselho de Administração do INMG, analogamente não se consegue descortinar vontade e sensibilidade para resolver definitivamente as insuficiências que têm perturbado nos últimos anos o normal funcionamento do instituto, criando crispações entre os funcionários e os sucessivos Conselhos de Administração.

Desta forma, sem monodiar, junto a minha voz à dos trabalhadores do INMG para apoiar as reivindicações com base nos últimos acontecimentos. Essa greve é suportada por reivindicações direccionadas essencialmente para uma tentativa de reposição do poder de compra dos funcionários tendo como suporte disposições legais emitidas pontualmente pelo governo, abrangendo desde aumentos salariais (1% e 3,5%, correspondentes a 2004 e 2006, respectivamente) à atribuição do prémio de produtividade e do subsídio de férias (referenciados no Plano de Carreiras e Salários do INMG) e evolução nas carreiras, congelada desde o ano 2000, bem como a atribuição de subsídios de turno e transporte a alguns guardas.

Considerando os problemas e as dificuldades sociais que a tal diminuição do poder de compra vem acarretando, quero crer que mesmo qualquer leigo ou incauto estaria perfeitamente de acordo com o CA do INMG que considerou JUSTAS essas reivindicações.

No entanto, para não atender as reivindicações o CA do INMG alega problemas financeiros resultantes da indefinição de fontes de financiamento, o que teve como consequência directa o bloqueio das negociações. Ora, convenhamos que a desculpa não pode ter qualquer credibilidade, visto que não cabe aos funcionários determinar as fontes de financiamento. Essa é uma das responsabilidades do Estado, tendo o INMG como executante. Adicionalmente, cabe ao CA do INMG procurar fontes de financiamento através de um planeamento adequado e identificação de parcerias diversas. Assim, julgo que se torna legítima a reivindicação dos funcionários que solicitam simplesmente a determinação de políticas que resolvam situações capazes de originar conflitos, em defesa dos seus direitos.

Em vez de se criar condições para a resolução dos conflitos, o Estado deixa de ser um mediador e emite portarias com base num Decreto-Lei que facilita a requisição civil. Tenho de confessar que me congratulo neste momento com este acto, pois é das únicas vezes que ao INMG é reconhecida por escrito a importância devida. É o próprio Estado que, na Resolução nº 44/2006, de 13 de Dezembro, assume que a perturbação no funcionamento do “Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica criará enormes dificuldades ao país, privando a ASA de informações meteorológicas indispensáveis à navegação aérea em toda a FIR ATLÂNTICA DO

SAL e o espaço aéreo controlado por Cabo Verde, pondo em risco a navegação aérea nacional e internacional, a segurança de pessoas e bens, em última análise levando ao encerramento de todos os aeroportos.

Privará ainda de informações indispensáveis o Serviço de Protecção Civil e a navegação marítima, tudo podendo levar a criação de problemas de gravidade imprevisível aos cidadãos e à comunidade cabo-verdiana.” Fim de citação.

Pelos conhecimentos que possuo, não posso deixar de concordar plenamente. Isso é o resumo de tudo o que coincide com a utilidade do INMG, que se tem tentado demonstrar através dos anos. No entanto, não posso também deixar de afirmar que isso não deixa de constituir um paradoxo. Embora o Estado reconheça os factos descrevendo a imagem clara do INMG e a sua importância no contexto económico nacional, o modo de equacionar e solucionar as reclamações consideradas justas é recorrer a requisições civis, com base nos Decretos-Lei 76/90 e 77/90, de 10 de Setembro, definindo os serviços mínimos a bel-prazer da cúpula do INMG, misturando serviço normal e serviço mínimo, o que complica ainda mais a situação. Independentemente das posições, o que não se pode aceitar é o argumento utilizado para a requisição civil, sem se prestar a resolver os conflitos laborais que têm por suporte essas tais reivindicações consideradas mais que legítimas.

Convenhamos que é muito difícil co-habitar na mesma arena com parceiros com regalias que passam por um bom salário, subsídio de tecnicidade, turno e alimentação, subsídio de férias e de produtividade, transporte, viatura própria para dirigentes, para além de outras mordomias que não convém aqui mencionar. Este “pequeno cabaz”, longe do alcance de muitos funcionários deste país pobre, já por si constitui motivo mais que legítimo para reivindicações. Gostaria também de deixar claro que estou plenamente de acordo e solidário com as instituições que praticam este tipo de política de recursos humanos. Os seus funcionários merecem. Todavia, por tudo isso, os fundamentos da justificação financeira fica completamente abalada e cai por terra. Convém não esquecer que o INMG está num sector chave e contribui para uma *performance* mais que adequada do mesmo. Se ajuda a economia do país, com *sol lucet omnibus* (lat. O sol quando brilha é para todos) quero dizer os funcionários do INMG também merecem ser tratados condignamente e de igual por igual, pelo que solicito de imediato a tão esperada revisão do plano de cargos, carreiras e salários, neste momento inadequado e completamente obsoleto.

Gostaria de frisar que o pior de todas as justificações é aquela que se refere ao facto de “... a ASA ficar privada de informações meteorológicas indispensáveis”. Ora, pelo que eu sei, o INMG nunca foi nem ainda o governo definiu que vai ser um Departamento na dependência da ASA. O INMG é um instituto autónomo, criado por decreto governamental para gerir os assuntos relacionados com a Meteorologia e a Geofísica, tendo entre as diversas responsabilidades o fornecimento de produtos e serviços à aviação nacional e internacional. *Sola apus mel conficit* (lat. Cada qual no seu ofício). Desconheço se está escalada a partida de outro voo. Só sei que está sempre em jogo a salvaguarda de vidas e bens e o INMG sabe e bem deste facto, pois é pioneiro. Neste contexto, não posso deixar

de estar em completo desacordo com a requisição civil e a falta de sensibilidade para resolver os problemas globais do INMG que, diga-se de passagem, arrastam-se para uma solução que vem sendo adiada “*sine die*”.

Ao se invocar o DL 77/90 fazendo a consequente compressão dos direitos dos funcionários da meteorologia, sem motivos excepcionais de gravidade extrema, o que inclui a ocorrência de catástrofes, está-se a atribuir ao INMG o estatuto de Serviço essencial de interesse público ou sector vital da economia nacional. Isso implica seguramente que ao INMG devem ser postos à disposição todos os meios necessários para um adequado funcionamento e cabe aos dirigentes do INMG organizar os recursos humanos para o efeito, sem esquecer as regalias mínimas e um local de trabalho e ferramentas adequados. Porque esta “*senzala*” está com tecto esburacado, o piso é quase de terra batida e os utensílios já não se aguentam em pé, das viaturas, já *carcomidas e esquecidas no canto do quintal*, não reza a história, por vezes a “*faca*” do vizinho é a ferramenta que ajuda a cortar o pão duro da mesa da ceia, cogito que chegou a hora de se transformar o Serviço em Instituto e evitar enviar migalhas para o seu funcionamento. Convenhamos que, da módica mensalidade posta à disposição do instituto a título de duodécimo supostamente pela comparticipação na FIR Oceânica, após a liquidação dos salários pouco resta para *arrumar a casa*. Pondero que chegou a hora de se acertar definitivamente essa discrepância e o Estado mediar as discussões para a determinação da real comparticipação do INMG.

Quero crer que o governo e os dirigentes do INMG estão interessados em retomar o normal funcionamento do INMG. No entanto, mantendo-se o presente *statu quo*, duvido que com esta atitude se obtenha consenso, e o fim à vista, ao que tudo indica, é uma sucessão de greves seguidas de requisição civil.

Para reflexão, julgo-me na obrigação de sugerir que a todos os serviços do sector da aeronáutica dever-se-ia aplicar o princípio “*similia similibus curantur*”, ou seja, coisas semelhantes curam-se com coisas semelhantes. Se a meteorologia é um sector de importância capital para o sector aeronáutico, pela mesma razão não pode jamais ser considerada parente pobre, sob pena de nunca passar do que ela é tida hoje por muitos em Cabo Verde – “*pobre*”.

Sugiro uma outra reflexão profunda sobre a meteorologia e a geofísica cabo-verdianas, no sentido de dotar o INMG de meios suficientes para a execução das suas tarefas científicas. O INMG tem de deixar de ser um simples “*mar de pequena vaga*” para debruçar-se sobre conteúdos e áreas científicas mais complexas. Para tal conta actualmente com quadros capazes. Quem duvida que confira. Julgo também que se torna premente uma acção no sentido de alterar a curva de tendência que leva ao desterro dos quadros e dirigentes meteorológicos. Se não são dotados de meios, ficam de mãos atadas com todas as consequências daí advenientes, bem patentes no instante que se vive.

Mas, infelizmente, só quando a terra bate à porta do céu, os deuses dão conta do real valor das coisas e passam a dar significado aos acontecimentos.

Feci quod potui, faciant meliora potentes (lat. Fiz o que pude, façam melhor os que puderem).

Emanuel Soares
Meteorologista

Violência contra a mulher: devem as autoridades continuar a fazer orelha moucas?

Mais um caso que pode levar Cabo Verde a constar da lista negra dos países onde os direitos humanos não são respeitados. Era nestes moldes que o apresentador do telejornal do dia 23 de Dezembro relatava a propósito de uma moça de 23 anos que havia sido torturada pelo seu companheiro. Companheiro aqui é no sentido de marido. A senhora, que diz ser mãe de um bebé, também vítima de agressão por parte do "esposo", apresentava escoriações por toda a parte superior do corpo. Quem viu as mutilações provocadas naquele corpo humano terá ficado chocado com tamanha barbaridade praticada em relação a uma pessoa. Fiquei indignado. Indignado por causa do desespero daquela jovem. Diz que já fez mais de três queixas junto da Polícia e, apesar disso, o seu agressor continua solto. Ataca-a como se fosse um "petibul" à procura de uma presa. Na rua, quando circula, não se sente segura, pois, quando menos espera, o seu agressor pode surgir pronto para lhe desferir golpes. É o que aconteceu naquele dia, quando se encontrava na companhia de uma amiga, perto do bairro de Terra Branca.

A avaliar pelas narrações feitas à TCV, facilmente se depreende que aquela coitada jovem mãe está desesperada. A justiça não funciona, pelo menos, para ela, ou melhor, funciona lenta de mais. Cansada de se apresentar às portas das esquadras da Polícia Nacional e sem uma solução à vista, no dia 23, resolve procurar a Televisão de Cabo Verde para dar a conhecer aos cabo-verdianos e ao mundo o seu sofrimento. É claro que ninguém, em situações daquelas, gostaria de se expor perante o público. Só o faz em casos extremos. É o grito de desespero que fala mais alto. Se as autoridades, a quem compete proteger a jovem das investidas do seu agressor, nada fazem, a única solução que lhe resta é dirigir-se à televisão. Foi o que aconteceu. Ela sabe que a comunicação social não substitui os tribunais nem as autoridades policiais.

Todavia, pelo menos, fica-se a saber que há pessoas que sofrem porque as autoridades não agem a tempo. Ela despe-se de preconceitos e expõe-se perante uma câmara de televisão para mostrar a sua angustia e sofrimento. Põe a nu, um país onde a mulher é vítima de violência doméstica, enquanto o agressor continua à solta ameaçando-a de morte. Muitas vezes, essas ameaças são concretizadas. Abro aqui um parêntese para recordar a morte da jovem Niche, de Ponta de Tâmara, na Achadinha. Já lá vão uns anos após o seu assassinato. No entanto, ainda lembro-me do dia em que me apareceu em casa com os olhos cheios de lágrimas. Sentia-se ameaçada pelo pai dos seus filhos. Depois de a cumprimentar, perguntei-lhe por que razão estava muito triste. Com lágrimas a correr-lhe pelos rostos e, num tom muito comovente, vira-se para mim e diz: "O pai dos meus filhos está a perseguir-me e já me prometeu que me vai matar e acho que um dia isto vai acontecer". Na verdade, aconteceu. Pouco tempo depois, chegava-me a triste notícia que tinha ela sido morta, a tiro, pelo rapaz que várias vezes a tinha ameaçado. Havia-me, ainda, revelado que já tinha feito várias queixas à Polícia. O próprio pai chegou a apresentar uma queixa junto da Polícia, já que ele também tinha sido ameaçado. Aliás, segundo consta, exibiu perante as autoridades um invólucro de uma bala disparada contra ele por aquele que mais tarde viria a matar a filha dele. Só por sorte hoje está vivo.

Se estamos a trazer à baila o caso da Niche, cuja vida lhe foi roubada aos vinte e poucos anos de idade, é porque não queremos que o mesmo aconteça à jovem que procurou a televisão para mostrar o seu desespero e angústia.

Talvez a culpa nem sequer seja do pessoal policial, que é acusado de nada fazer para deter o agressor. Não se tratando de um caso de flagrante delito, dificilmente a Polícia pode actuar. Por isso, limita-se a receber a queixa e encaminhar o processo

para o tribunal. É mais um que vai aguardar o desfecho, depois de uns bons pares de anos. Será muita sorte se não se prescrever antes do julgamento. Mas de quem é a culpa? Se calhar, é dos próprios políticos que deviam criar leis que possibilitassem às autoridades policiais agirem com mais firmeza não só em relação aos protagonistas da violência doméstica mas também no que diz respeito a outros actos que têm marcado a sociedade cabo-verdiana pela negativa. Sabe-se que a polícia se vê impotente para tomar determinadas medidas, pois há quem esteja à espreita do mínimo deslize por parte de elementos da corporação para os acusar de actos de agressão, de violação dos direitos humanos, entre outros queixumes. Agora, pergunto: aquela jovem sofredora não tem o direito de viver em paz? Os seus direitos não estão a ser violados?

Por outro lado, a própria sociedade acaba por ser também cúmplice de certos actos praticados em relação à mulher. Vejamos o caso da jovem que foi à televisão. Ela pediu socorro, em vez de ser socorrida as pessoas (um grupo de rapazes) que assistiam à sua agressão perguntaram-lhe por que razão "arranjou homem". Um outro comportamento altamente condenável, do meu ponto de vista, é o do taxista que permitiu que ela fosse transportada até ao local onde a agressão foi consumada até à exaustão. Ao pedido de não permitir que ela fosse obrigada a entrar, à força, no carro, o taxista responde com esta: "estou a fazer o meu trabalho",

o mesmo que dizer: "estou a ganhar o meu dinheiro e não me importo que ele te mate". Isto é chocante. É chocante para quem tem filhas, irmãs e mãe. Será que a polícia tomou a devida nota sobre o tal taxista conivente para que lhe seja sacada a responsabilidade? Está em curso uma investigação, com vista a apurar a responsabilidade do taxista? Mais, a moça diz que sempre que, ao seu companheiro lhe der na gana de a agredir, vai à casa de um amigo buscar a pistola e ameaça-a com esta arma. Já se está a apurar a veracidade desta denúncia feita publicamente através da TV? Se não forem tomadas medidas necessárias, a pobre moça poderá ter o mesmo destino que a Niche, cuja história teve um fim trágico, porque as autoridades não agiram a tempo. Por favor, não venham chorar por cima do leite entornado!

Não é de mais lembrar que a falta da justiça poderá dar azo a justiça privada. Ainda está na memória dos cabo-verdianos o caso do jovem da localidade de Loura, Rui Vaz, que esfaqueou até à morte o indivíduo que havia assassinado o irmão dele. O assassino, enquanto aguardava o julgamento em liberdade, vangloriava-se de que ele era o todo poderoso e que justiça ficaria em águas de bacalhau. Porque a justiça, tardava em ser feita o desespero tomou conta da família que perdeu a esperança de um dia ver atrás das grades aquele que matou o seu ente querido.

Gritemos todos: Não à justiça privada e sim por uma justiça mais célere e mais justa em Cabo Verde.

Luís Carvalho

Sexta-feira, 5 de Janeiro de 2007

asemana

Ponto de Vista

SECTOR DO LOTO	
Concurso N°2006/53 de 31 de Dezembro de 2006	
TOTOLOTO	Número Premiado: 656291
Números Extraídos: 3 - 31 - 33 - 34 - 37 - 49	
1.º Prémio.....692.057,00.....0.....(JACKPOT)	1.º Prémio.....805.672,50.....0.....(JACKPOT)
2.º Prémio.....276.822,80.....4.....69.205	2.º Prémio.....398.994,20.....0.....(JACKPOT)
3.º Prémio.....415.234,20.....104.....3.992	3.º Prémio.....96.428,25.....1.....96.428
	4.º Prémio.....160.713,75.....24.....6.696
Previsão para esta semana (Concurso 1 de 07-01-07)	
TOTOLOTO	JOKER
1 400 000\$00	1º PRÉMIO 1 200 000\$00
	2º PRÉMIO 450 000\$00
Pode ser esta a semana da sua sorte. JOGUE!	

ACHADA GRANDE TACITURNA NO SEU PLANALTO

A Achada Grande fica geograficamente a nordeste da Praia; e com os alísios predominantes durante quase todo o ano, não se compreende a razão de uma taciturnidade natural.

Os habitantes da zona podem ser taciturnos, mas não são macambúzios. Durante o tempo colonial, compreenderam que não havia olhos que os vissem, e mantiveram-se calados, porque sabiam que não tinham força para que o seu grito de socorro atravessasse o vale da Praianegra. Agora que há olhos que os vêem, não há coração nem cabeça que entendam a razão.

Não entendo o que vem passando com a Achada Grande. A já trinta e um anos de idade desde a nossa independência, e o subúrbio está na mesma.

Cabo Verde é pobre para com quase todas as zonas da Praia, e é paupérrimo para com a Achada Grande?

Não nos devíamos esquecer do que disse o Dr. Renato Cardoso: Todos os grilos têm direito à sua gota de água. Grilos que vivem debaixo das pedras.

Eu não consigo conceber o que vem acontecendo sistematicamente à Achada Grande! Nós não queremos guerra e nem revolta, mas sim, justiça para que haja paz.

Não entendemos porque é que os nossos governantes não entendem que essa discriminação, preconceito fútil que têm por uma zona onde, ponderando as coisas com inteligência e imparcialidade, se verificaria que, a privilegiar, primeiro o merece a zona que produz mais economia.

Os habitantes da Achada Grande não são egoístas, não são interesseiros, exigentes ou problemáticos, e nem estúpidos ou ignorantes como são considerados e tratados.

A discriminação feia, suja e injusta que se faz à Achada Grande, motivada por um preconceito idiota e injusto que ela é ou foi bairro dos pescadores, de gente inculta e analfabeta.

Senhores governantes e ex-governantes! Um governante não pode ser alguém sem coração, porque não pode ter consciência moral.

Que fez a Achada Grande ou o que deixou de fazer a sua gente para que fosse excluída, eliminada do programa da beneficiação que os bairros da Praia vêm recebendo desde 75?

Não são só os actuais governantes os culpados por esta diferença negativa; os seus predecessores são tão responsáveis como eles por este estado de coisa.

Senhores! Adoro Cabo Verde e estimo os meus compatriotas em diferentes significados deste verbo. Por esta razão, quero deixar-vos aqui um conselho que sabeis, mas que não praticais, por terdes cabeça dura e coração empedernido, que é consequência do vosso egoísmo e falta de educação religiosa. Eis o meu conselho: Procurai tratar bem a qualquer órgão do vosso corpo da mesma maneira, com a mesma consideração, porque, quando um não funciona bem, o corpo não vai bem, e os outros não podem estar em boas condições.

Que digam que é mentira o que estou a afirmar neste jornal. Não duvido que sejam capazes disso; porque, para além dos armazens, o tão pouco que se fez, é já para eles muito.

Quando o Amílcar Cabral, revoltado com os Portugueses ou Portugal apelava ao "junta-mão" para combater pela justiça social, que só era possível com a independência absoluta, Cabo Verde tinha, apenas, a sua posição geográfica e as suas estrelas humanas espalhadas por todo o universo, que o seu brilho iluminava a sua terra natal daquelas distâncias.

Pescadores e camponeses são hoje no mundo civilizado, considerados, pessoas de valor. E nós que somos civilizados pela alta educação que temos, não sabemos isso? Devíamos estar arrependidos de termos tratado mal essas pessoas que produzem comida para a nossa alimentação.

Achada Grande é centro comercial da Praia. Ninguém sabe. Aeroporto da Praia fica na Achada Grande. Ninguém vê. Porto da Praia fica na Achada Grande. Até agora, ninguém se lembrou desta verdade.

Sei que alguém quererá dizer que se fez uma escola secundária na Achada Grande, e que eu queria mais.

Eu diria apenas, que quero justiça, igualdade de direito e a nossa gota de água como todas as zonas, para que não haja descontentamento, e haja paz e progresso.

A simpatia de alguém por alguém ou zona não me incomoda, porque não sou egoísta, mas, como homem sensível, incomoda-me a diferença negativa de diminuição injusta.

Que façam das suas zonas predilectas da Praia um paraíso terrestre, mas que não sejam tão injustos e insensíveis, ao ponto de não se lembrarem ou não se importarem com o bom terreno que produz e o bom filho que trabalha.

Demasiada diferença é inaceitável. É isso que levou

o Cabral à revolta e à revolução.

Se esses olhos não vêem, esses corações não palpitam ou essas cabeças não regulam, as coisas terão de mudar. Mudar como perspectivou e disse o Cabral.

Os habitantes de Achada Grande, não querem ódio nem rancor, mas também, não querem tolerar mais esse abuso, essa diferença; querem a sua gota de água a que têm direito.

A Achada Grande é a zona da Praia que me parece produzir mais do que todas. Mas é a zona mais desprezada com o seu querido vizinho Platô.

Quanto ao Platô, tão sujo, tão estragado e tão vergonhoso como está, é coisa que não se percebe. As pessoas que têm conta desta cidade devem ter perdido o melhor que o Homem tem.

Eu, as vezes penso que aquela gente de São Vicente, com mania de São Vicente ser superior à Praia, é capaz de ter feito algum feitiço aos nossos governantes para que se esqueçam desta capital degradada e em contínua degradação, até ficar como o nosso antigo "Cobom" (Lugar de deitar lixo e fazer as necessidades fisiológicas). Quando (se) esta pouca-vergonha chegar até este ponto, os São-vicentinos terão razão de reivindicar a transferência da capital política para São Vicente. Embora eu seja apolítico, mas, parece-me que a capital administrativa, já lá está quase desde sempre.

O magnífico Ilhéu de Santa Maria no tórax do Porto da Praia, incapaz de falar mal porque não tem língua e não tem alguém que falasse por ele. É muita pena este Ilhéu não estar em São Vicente. Se fosse lá, seria muito mais famoso que a famosa Baía das Gatas.

Aqui na Praia como o Platô, estão à espera pelo fim do mundo, a Achada Grande e o Ilhéu de Santa Maria; e os São -Vicentinos não nos ensinam a sair desta cepa-torta! Dá-me isto, vontade de não-sei-quê!

Achada Grande taciturna no seu vasto planalto, descalça como desde sempre, o que a torna mais rústica do que antes e do que os outros bairros da cidade, aguarda paciente e pacificamente, com fé, que nasça alguém com olhos que vêem, com coração que palpita e cabeça que regula e salve a Achada Grande deste maldito preconceito de gente sem tino.

Praia, 11 de Dezembro de 2006

João da Luz

Emigrante Residente em Rotterdam

O Consenso

Não é outra coisa senão a procura de um consentimento generalizado ou então sob a forma de uma determinada expressão perceptual, visando a materialização de algo que se coloca em cima da mesa não sem antes se proceder à uma pré-discussão sobre o assunto em pauta.

Isto vem a talhe de foice face ao indesejado desencontro de opinião e princípios patenteados pelos diferentes actores políticos na sessão da AN que decorre, face à uma matéria cuja busca de solução a contento de todos se mostrava de real importância, mais não seja por se relacionar directamente com o nosso poder de compra, com especial destaque para os menos favorecidos pela sorte, e que se tratava nem mais nem menos do desagramento do IVA sobre bens fixados pela autoridade administrativa, em consequência do acórdão recentemente produzido pelo Supremo, enquanto Tribunal Constitucional.

Defendeu a "situação" que, para tanto, imperioso se torna que haja compensação por forma a possibilitar a subsídio desses produtos, com exclusão do gasóleo e

principalmente da gasolina. Foi precisamente aí que acabou por se instalar toda a fonte da discórdia e que se iria revelar determinante. Mas antes a "oposição" manifestou a sua revolta perante, diz, alterações introduzidas nas estruturas de custos desses produtos pela Agência da Regulação Económica, afirmando vir a desenvolver mecanismos para que a mesma seja responsabilizada por isso.

Mal se conheceu o resultado do acórdão, uma mesma expressão se estampou no semblante de todos os actores políticos. A unânime preocupação da reposição da normalidade da situação registada antes do pronunciamento do célebre Acórdão, havendo até entre eles quem defendesse um abaixamento de preços ainda maior, por forma a abarcar todos os tais produtos básicos.

Daí nos custar imenso absorver o desfecho que veio à luz, uma vez que a tão desejada e necessária solução "staba na sés mon" e viria mesmo a calhar, pois receber uma boa nova na parte final do ano seria sempre um bom trampolim para se enfrentar o novo ano

com renovadas esperanças e um maior optimismo.

A despeito da bondade da justificativa apresentada pelas forças políticas em presença, os argumentos esgrimidos esbarraram-se de tal forma tornando inviável um consenso que beneficiaria directamente a todos, incluindo eles e os seus.

Porém, há por outro lado que reconhecer que o ambiente de crispação que enferrou o debate em apreço propiciou a não convergência das ideias, antes recheadas de pontos em comum.

Enfim, melhores dias virão e com eles se espera e se deseja o amadurecimento político dos nossos eleitos, cuja existência devem a nós os eleitores e não aos seus respectivos partidos, configurando-se os seus deveres entre outros em zelarem pelos sagrados interesses nossos, jamais se furtando a sobrepor estes aos de cariz pessoal.

Praia, 10 de Dezembro

Carlos Rocha

Escola Secundária dos Mosteiros, um espaço de prazer e saber...

Face ao artigo de opinião "O ensino Secundário nos Mosteiros em fase de entropia" veiculado neste Jornal do dia 1.12.06, no seu nº 780, alusiva à Escola Secundária dos Mosteiros (ESM), a direcção da mesma entende por bem clarificar vários pontos do mesmo, pois ele deixa transparecer que há uma manifesta falta de informação, desinformação ou mesmo contra informação patentes nas considerações.

Sobre o título "O ensino Secundário nos Mosteiros em fase de entropia", à priori para quem olha para o mesmo, a primeira sensação é que se está perante um texto de ficção, traduzido num ambiente de caos. Aliás, se atentarmos numa leitura elementar, facilmente veremos que é possível estabelecer duas linhas que se remetem para realidades distintas—a que se relaciona com a teoria fazendo apelo à passividade e a que diz respeito à vontade e o propósito do autor, demonstrados nas considerações que se pode inferir ao longo do texto.

Devemos confessar que do lado teórico, não podíamos deixar de concordar com as palavras introdutórias referentes à educação e acrescentar com a permissão do seu autor, para dizer, que a educação é tudo isso sim, mas a sua missão é a realização de um dado tipo de homem, com o propósito deste acompanhar a evolução do mundo e das sociedades, não só à luz dos constrangimentos mas também dos ganhos que a estas se levantam. Mas, infelizmente, continuamos a cruzar com

aqueles que abalizam os prós e os contras, que ampliam tanto as situações que mais parecem com tragédias e por outra, generalizam os factos como se acontecessem sempre do mesmo jeito.

Se na verdade, o sonho que nos anima é solidário e democrático, não é falando aos outros de cima para baixo, sobretudo, como se fôssemos portadores da verdade a ser transmitida aos demais, que se resolve os problemas caso eles existam. É importante que explicitemos as nossas opiniões para que as nossas ideias tenham clareza e elevação, e possam servir de referência para outros, sobretudo para os mais jovens.

Caro leitor, o ambiente de ensino - aprendizagem vivido hoje nesta escola foi comparado com o ambiente vivido em Bagdad, à beira de uma destruição total, mas para quem presencia o dia-a-dia neste espaço, não podia nunca deixar de a comparar com o nosso Cabo Verde, um país de tranquilidade, de convivência solidária, que cresce todos os dias, um país de paz e amor.

Não temos dúvidas, de que uma "grande" escola exigirá docentes competentes, abertos para o mundo e para o saber, docentes, estudantes e elementos de gestão comprometidos com os desafios da educação e ensino. Uma grande escola não se faz apenas com "grandes" cabeças, mas também com "grandes" corações, com muitos braços que se estendem em abraços que animam caminhadas para grandes destinos.

Esta construção vai sendo possível, porque buscamos em nossa escola garantir espaços de participação efectiva e afectiva de todos os envolvidos, através de uma gestão aberta, democrática, com direitos e deveres, envolvendo todos os elementos da comunidade escolar.

Quando se falou numa hipotética politização de ensino, quem o diz, sabe o que está a dizer, e neste particular abstermo-nos de qualquer comentário.

Face aos desafios de um ensino de qualidade, no pequeno e grande grupo de docentes, vê-se uma família unida, cada um com sentido inovador, ousado, criativo e sobretudo um profissional da educação comprometido com o seu grupo de trabalho, competente, colectivo, com humildade também para aprender e ouvir quando o grupo fala. Um grupo que se caracteriza ainda, pela compreensão, profissionalismo, dedicação e empenho em prestigiar a sua escola, fazendo com que ela seja um espaço de informação e formação, de promoção social e cultural, um espaço de prazer e saber.

Temos o suficiente para continuarmos a caminhada. Durante o nosso trajecto vamos pensar sobre as nossas acções, pois há sempre alternativas a considerar. Não podemos dispensar casos excepcionais, situações normais de acontecer em qualquer organização e nas escolas em particular. É preciso continuar a mobilizar recursos sim, e esta comunicação desejada

entre os vários elementos considerados, para nós, deverá estender-se a toda a comunidade escolar (alunos, pais e/ou encarregados da educação, professores, etc.) e não apenas pelos órgãos de gestão da escola como foi relatado.

Concordamos com o apelo feito no sentido de quem de direito responder aos legítimos desejos, a porta está aberta, e quem sabe ajude-nos a esclarecer a opinião pública referente a este episódio, pois estamos numa posição um pouco infrutuosa. A porta continuará aberta, mas é preciso ter a maturidade, sensibilidade e muita firmeza para saber onde queremos chegar e como entrar.

Reivindicou-se ainda uma outra forma de escolha dos directores para o secundário, neste particular, entendemos que saber escolher significa definir parâmetros de escola, no sentido de escolher alguém que saiba e possa dialogar, alguém que saiba e possa diferenciar questões institucionais de questões meramente pessoais.

Gostaria de encerrar despedindo, como mandam as regras de uma boa educação, desejando ao autor das depreciações feitas relativas à ESM, um bom Natal e muitas bênçãos de Deus, que continue defendendo e enaltecendo a educação no concelho dos Mosteiros, mesmo da forma como fez!!!

O director
Egídio Andrade Barbosa.
Os Docentes

Sexta-feira, 5 de Janeiro de 2007

asemana

Mais vale prevenir do que remediar

A Delegacia de Saúde do Fogo vem desenvolvendo trabalhos nas estruturas de internamento do Hospital do Fogo, que beneficiam satisfatoriamente não só os serviços como os utentes que têm de ser internados e que assim encontram excelentes condições para se recuperarem com mais facilidade.

Os postos sanitários estão bem cuidados e vão satisfazendo dentro do possível. No entanto, não tem havido, ou seja, nunca houve a melhor atenção para a base da pirâmide, que são as Unidades Sanitárias de Base (USB), que tendem a desaparecer.

Segundo o Plano Nacional de Saúde, algumas dessas estruturas serão transformadas em postos sanitários (mas isto leva o seu tempo), pelo que pensamos que algumas continuarão como USB, dado que o número da população de certas povoações não justifica a criação de um posto sanitário. Mas a distância que ficam de qualquer unidade de Saúde pesa, e de que maneira, o que justifica, e bem, terem uma USB.

Pensamos que nunca se deu a atenção devida às USB, especialmente na melhor formação dos Agentes Sanitários, que poderiam ter desenvolvido um papel importante no capítulo da medicina preventiva. Acomodaram-se a tentar desenvolver trabalho na área curativa, ficando assim para um segundo plano o que melhor poderiam ter feito – a prevenção.

Mas não podemos esquecer o relevante papel que tiveram no controle do paludismo na Ilha, na medida em que tomaram parte activa com visitas aos milhares programadas aos milhares de cisternas existentes nesta Ilha do Vulcão, colocando insecticidas (abate), petróleo ou gasóleo, consoante as necessidades e onde era preciso. Se um dia tivemos paludismo, hoje não temos!

Os agentes sanitários vão desaparecendo paulatinamente, uns pela aposentação e outros em busca de novos rumos, fazendo com que muitas USB se encontrem fechadas. Eram 10, agora só funcionam 05 e algumas delas só com a ajuda da AMI que trabalham nesta Ilha. No entanto, neste momento a nossa preocupação maior vai para a USB de Chã das Caldeiras que se encontra fechada. Com a urgência possível, há toda a necessidade da sua reabertura como USB ou ainda melhor como Posto Sanitário, que teria maior abrangência nos cuidados a serem prestados, porquanto além da distância a que fica de qualquer unidade de Saúde, nesta altura é a zona do Fogo e uma das de Cabo Verde, com fluxo anual de milhares de turistas que a qualquer momento precisam de cuidados de Saúde. Constata-se que neste momento a população de Chã das Caldeiras encontra-se abandonada à sua sorte no capítulo da Saúde.

Nossa observação
Sr. Zuca

Carta do Leitor